

Sumário

Número de notícias: 25 | Número de veículos: 10

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Fazenda reforça atuação na Justiça para destravar processos que somam mais de R\$35bi no Carf	3
---	---

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL

Proposta quer fim das multas elevadas com reforma tributária	5
--	---

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL RUMOS 2025
SEGURIDADE SOCIAL

Eleição deve marcar fim do gradualismo fiscal, diz Pessoa	7
---	---

G1 - NACIONAL
SEGURIDADE SOCIAL

Imposto de Renda 2025: veja passo a passo para fazer a declaração pré-preenchida	11
--	----

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Portal da reforma tributária vai ter teste no 2º semestre	13
---	----

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL RUMOS 2025
REFORMA TRIBUTÁRIA

Ajuste estrutural nas contas públicas tende a ser adiado	15
--	----

VALOR ONLINE - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma do IR e consignado são pautas prioritárias do governo	18
---	----

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Relatório dos EUA acusa Brasil de adotar tarifas altas a produtos do país	20
---	----

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

ICMS maior para importados começa a valer	22
---	----

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Em relatório, EUA atacam Brasil e outros países a dois dias do tarifaço	24
---	----

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Começa ICMS sobre sites estrangeiros	26
--------------------------------------	----

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Farmácias já aplicam reajuste de remédios	27
---	----

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Hora e a vez do equacionamento previdenciário - RAUL VELLOSO	28
--	----

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Incerteza externa domina reunião do BC com economistas	29
--	----

Terça-Feira, 1 de Abril de 2025

O GLOBO - RJ - ESPECIAL
ECONOMIA

COTA DE EXPORTAÇÕES DOS EUA É ESTUDADA, RECONHECE ALCKMIN..... 30

O GLOBO - RJ - ESPECIAL
ECONOMIA

PREVISÕES SÃO DE DESACELERAÇÃO DO PIB EM 2025..... 32

O GLOBO - RJ - ESPECIAL
ECONOMIA

CONSENSO SOBRE NECESSIDADE DE AJUSTE DE GASTOS..... 33

O GLOBO - RJ - ESPECIAL
ECONOMIA

DESAFIOS DE CURTO PRAZO COM INFLAÇÃO..... 35

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Estados e municípios são os novos vilões do descontrole fiscal - LUIZ SCHYMURA..... 36

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Tarifas "recíprocas" de Trump serão golpe a décadas de ordem comercial..... 38

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
ECONOMIA

Porque a produtividade do trabalho no Brasil está estagnada (Artigo)..... 40

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Nos 60 anos do BC, inflação ainda é desafio..... 42

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Incerteza deixa em aberto magnitude de alta da Selic, diz Guillen..... 44

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL RUMOS 2025
ECONOMIA

Volatilidade menor nos preços depende de equilíbrio fiscal e maior produtividade..... 45

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL RUMOS 2025
ECONOMIA

Estados e municípios puxam os investimentos públicos..... 47

Fazenda reforça atuação na Justiça para destravar processos que somam mais de R\$35bi no Carf

Guilherme Pimenta De Brasília

O Ministério da Fazenda reforçará a atuação no Judiciário para tentar destravar julgamentos que discutem mais de R\$ 35 bilhões em créditos tributários no **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**. O órgão vai tentar reverter decisões que, na prática, beneficiam as maiores companhias abertas do país.

Segundo informações mantidas sob sigilo pela pasta, mais de 40 empresas são beneficiadas por decisões judiciais que paralisam ou revertem julgamentos no **Carf**. Impedem por anos a conclusão de processos envolvendo autuações fiscais de valores que, comumente, ultrapassam a casa do bilhão.

Há processos administrativos nos quais a autuação fiscal remonta ainda à década de 2000.

Na maioria dos casos, recursos interpostos tanto pela empresa quanto pela própria Fazenda Nacional demoram anos para serem analisados pela Justiça.

O foco da Fazenda é reforçar a atuação da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) em relação a esses processos, mapeados recentemente pelas equipes técnicas.

Haverá um acompanhamento especial de cada caso e, por meio de audiências e memoriais customizados, a intenção é destravá-los no Judiciário, para que sejam julgados no **Carf**.

Membros da Fazenda argumentam que, mesmo se a União for derrotada, é menos custoso concluir o julgamento do que deixá-lo pendente na Justiça. Na maioria dos casos, as decisões tratam de questões processuais, acatando argumentos das empresas, por exemplo, de descumprimento de rito processual durante o julgamento no **Carf**.

Um dos casos é, hoje, a maior discussão em andamento no **Carf** **DIVULGAÇÃO** em termos de valor. O processo administrativo envolve a compra do Unibanco pelo Itaú e está travado na Justiça desde 2018. Totalizando mais de R\$ 30 bilhões nos cálculos

internos da Fazenda, esse litígio apura um possível ganho de capital não tributado no âmbito da fusão entre as instituições financeiras, na década de 2000.

A União tentou, no Superior Tribunal de Justiça (STJ), reverter liminar obtida pelo Itaú Unibanco, mas não obteve sucesso. O caso está travado no Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF- 1), que concentra a maioria das suspensões dos casos envolvendo o **Carf** por estar localizado em Brasília, onde também é a sede do tribunal administrativo.

Outro processo de alto valor envolve a Natura. Com uma estimativa de R\$ 1,1 bilhão, discute-se cobrança de ágio interno. No entendimento da **Receita Federal**, que lavrou a autuação fiscal em 2009, houve amortização indevida. O processo também foi suspenso pela Justiça Federal de Brasília, que analisa se houve erro na tramitação do processo no âmbito do **Carf**.

Em processos relativos ao Santander, há discussão de cobrança de contribuição previdenciária, que remete ao ano de 2008. Os litígios, segundo a Fazenda Nacional, somam R\$ 45 milhões e R\$ 15 milhões. O Judiciário também entendeu que houve irregularidade ao longo da tramitação no **Carf**, principalmente porque, nos casos, houve uso do voto de qualidade - o voto de desempate por presidente de turma, que é representante da Fazenda.

Já em processo envolvendo a antiga Companhia Energética de São Paulo (Cesp), hoje Auren Energia, por exemplo, discute-se preço predeterminado, em uma autuação do ano de 2011 que chegaria a R\$ 11 milhões.

Há ainda processo envolvendo as Americanas, que soma R\$ 67 milhões. No caso, o Judiciário também entendeu que houve irregularidade no rito do julgamento no **Carf** e o suspendeu.

O **Carf** está no foco dos debates no Ministério da Fazenda, já que o órgão não vem gerando a arrecadação prevista, apesar de bater recordes no número de julgamentos mês a mês. Em 2024, por exemplo, a equipe econômica chegou a estimar uma

arrecadação superior a R\$ 55 bilhões por meio do **Carf**, mas entraram nos cofres do Tesouro somente R\$ 307,8 milhões em 2024, equivalente a 0,5% do projetado pelo governo. Para este ano, a **Receita Federal** já anunciou que vai reduzir a previsão de arrecadação com o órgão, estimada em R\$ 28 bilhões. Apesar dos incentivos aos contribuintes introduzidos por meio da lei de 2023, há a percepção de que a empresa envolvida sempre vai recorrer ao Judiciário, durante o andamento processual no **Carf**, como nos casos levantados pela Fazenda, ou após eventual derrota.

Na avaliação do advogado tributarista Breno Vasconcelos, professor do Insper, não é possível dizer que o Judiciário esteja "interferindo" no tribunal administrativo, mas sim "corrigindo falhas nas decisões do conselho".

"Os dados parecem demonstrar que as decisões judiciais visam corrigir equívocos decorrentes de excesso de formalismo, como inadmitir um recurso especial porque o contribuinte transcreveu errado a ementa da decisão- paradigma, ou da preterição do direito de defesa", diz.

Além disso, acrescenta, o Judiciário tem sido provocado, na maioria dos casos, em razão do voto de qualidade, regra de desempate vigente até a edição da Lei nº 13.988, que gerava uma percepção de parcialidade nos julgamentos. Com a norma, o desempate passou a ser a favor do contribuinte - o que foi novamente alterado depois.

Em sentido semelhante avalia Thais De Laurentiis, sócia do Rivitti e Dias Advogados, ex-conselheira do **Carf**. De acordo com ela, é natural o Judiciário intervir em alguns casos. Mas pode virar um problema, afirma, quando a "situação passar a ser mais comum", gerando o travamento de valores tão altos no órgão recursal da Receita.

"Esse fato pode ser visto como o sintoma de uma patologia já reconhecida no Brasil: um sistema tributário complexo; uma relação entre Fisco e contribuintes que passa muito aquém de uma almejada situação de confiança e cooperação; criação de um contencioso administrativo massivo, gerando número impressionantes como esse", diz a advogada.

O Valor procurou todas as empresas citadas. O Santander, em nota, informa que "obteve decisão judicial determinando a realização de um novo julgamento pela Câmara Superior do **Carf** em relação a determinados processos administrativos, em que os recursos apresentados pela Fazenda não preenchiam os requisitos necessários para prosseguimento".

O banco acrescentou que o caso está atualmente no TRF-1 aguardando julgamento do recurso de apelação da Fazenda.

O Itaú diz que "o **Carf** ratificou a regularidade da fusão entre os dois bancos ao cancelar a autuação em 2017, assim como já haviam feito o BancoCentral,aCVM[Comissão de Valores Mobiliários] e o Cade [Conselho Administrativo de Defesa Econômica]". "O Itaú questionou o recurso do Fisco à Câmara Superior, por ausência de requisitos, em medida judicial julgada em seu favor.

O banco aguarda julgamento do recurso do Fisco no Judiciário", afirma o banco em nota.

A Americanas diz, também por nota, que o processo está no **Carf** "e reitera que aguarda, desde 2021, desfecho do julgamento do processo judicial". Já Natura e a Auren Energia (antiga Cesp) informaram que não comentam processos em andamento.

O TRF-1 não deu retorno até o fechamento da edição.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188154>

Proposta quer fim das multas elevadas com reforma tributária

Marta Watanabe De São Paulo

Identificada como a proposta que regula o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e entre as pautas prioritárias do governo no Senado, o texto que deve resultar na segunda lei complementar de regulamentação da **reforma tributária** sobre consumo também estipula infrações e multas para o novo sistema. O Projeto de Lei Complementar (PLP) 108/24 estabelece, para o IBS e para a Contribuição Social sobre Serviços (CBS), 37 hipóteses de infrações e multas que podem ser reduzidas a apenas cinco grupos, segundo estudo do Centro de Cidadania Fiscal (CCiF), o think tank do qual saiu a proposta que embasou a emenda constitucional da reforma.

Além de sugerir ajustes para dispositivos do PLP 108/24 relacionados a infrações e multas, o estudo também propõe que a "cultura do contencioso" seja deixada de lado, com o entendimento de que multas elevadas não têm grande eficácia.

Multas que hoje podem chegar a 300% no atual Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), por exemplo, seriam limitadas a 100% do valor do tributo devido para o IBS e a CBS. E em vez de hipóteses de agravamento, que hoje elevam a multa, haveria hipóteses de redução de penalidade.

Aprovada pela Emenda Constitucional 132, de dezembro de 2023, a **reforma tributária** estabelece a substituição dos atuais PIS e Cofins, federais, além do ICMS estadual e do ISS municipal. O atual IPI, federal, também deve ser substituído, embora o tributo tenha sido mantido para situações específicas.

Ficarão no lugar deles, o Imposto sobre Valor Agregado (IVA) dual, com a CBS, federal, e o IBS, que será gerido conjuntamente por Estados e municípios.

Também foi criado o Imposto Seletivo, que tributará bens e serviços nocivos à saúde ou ao meio ambiente. Além da emenda, já foi aprovado, no âmbito da reforma, o PLP 68/24, que trouxe a regulamentação geral dos novos **tributos** e que foi convertida na Lei Complementar 214/25.

Eurico Santi, diretor do CCiF, explica que o texto do PLP 108/24 foi elaborado no âmbito do Programa de Assessoramento Técnico à Implementação da

Reforma da Tributação sobre o Consumo (PAT-RTC), estabelecido pelo Ministério da Fazenda logo após a emenda da **reforma tributária** (EC 132/23), com a missão de elaborar os textos das leis complementares para regulamentação do novo sistema. Foram reunidos nesse programa, entre outros, integrantes do corpo fiscal da União, Estados e municípios.

As previsões de infrações e multas do PLP 108, diz, refletem uma "cultura do contencioso", pelo qual o contribuinte só paga quando pressionado. "Os fiscais dos três níveis federativos e especialistas que participaram dos debates absorveram as práticas dos atuais PIS, Cofins, ICMS e ISS e cada um tentou colocar sua salvaguarda, colocando o máximo de multas possíveis." No PLP 108, explica, há previsões para emissão de nota fiscal falsa, emissão de nota com informação divergente, há separação de multas para serviços e mercadorias, exemplifica. "As multas foram desenhadas a partir do framework do sistema atual." Isso, diz, é "compreensível", já que os termos da reforma passaram a ser estudados de forma mais profunda neste momento.

"Mas temos agora, com a reforma, um novo design normativo." Agora, estão na Constituição Federal, elenca, um novo sistema, com base ampla de tributação, legislação única no país, alíquota padrão, desoneração de exportação e investimentos, documento fiscal único e não cumulatividade.

Segundo Santi, falta ao PLP 108 conexão entre os deveres e obrigações da Lei Complementar 214/25 [que resultou do PLP 68/24]. Além de falta de clareza e racionalidade entre conduta e penalidade, o PLP 108 também estabelece, diz, multas abusivas sobre o valor da operação e detalhamento excessivo de tipos penais, o que não tem mais sentido no novo modelo.

"Propomos uma progressão", diz Santi. O PLP 108/24, diz, estabelece 37 hipóteses de infrações e multas, o que resulta em mais de 137 bilhões de casos possíveis. O cálculo, indica o estudo do CCiF, baseia-se na literatura existente sobre a metodologia das ciências jurídicas, considerando que cada hipótese pode ou não ocorrer, com base binária (237). A proposta é reduzir as infrações e multas para cinco hipóteses, com redução para 32 casos possíveis (25).

Os cinco grupos de infrações e multas propostos pelo

CCiF, ligados a deveres e obrigações, são os seguintes: inscrição e cadastro no CBS/IBS; dever de informação e emissão de documento fiscal idôneo; não pagamento do imposto devido; creditamento indevido; embaraço à fiscalização.

Há, no modelo vigente, diz Santi, muita preocupação com a repercussão das questões tributárias para a restrição de liberdade.

"Queremos libertar o contribuinte para exercer sua atividade econômica." As empresas, defende, querem segurança jurídica e ambiente de negócios para investir no Brasil.

Por isso, diz, a ideia é uma ruptura do paradigma do crime para o paradigma do serviço. O modelo proposto, defende, baseia-se na cooperação, com busca de relação de confiança entre fisco e contribuinte e incentivo à conformidade e autorregularização.

Em vez de sanções cada vez mais rigorosas, aponta a proposta do CCiF, estudos e organismos como a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e o Fundo Monetário Internacional (FMI) recomendam métodos mais eficientes, como postura colaborativa, simplificação de procedimentos e reforços positivos. "Verificou-se ainda que estímulos à conformidade tributária, baseados em ciência comportamental, são adotados por 100% dos países do G7, 79% dos países avançados e 71% dos membros da OCDE, mas ainda são raros no Brasil diz o levantamento do CCiF.

No desenho proposto, diz Santi, há teto máximo de 100% para a soma das multas de ofício e de obrigação acessória do IBS ou da CBS.

"Não posso ter 300%, 400% de multa sobre o mesmo tributo. Em vez de hipóteses de agravamento, as hipóteses são de redução de multa, em razão de não ter nenhum tributo devido, ter sido erro formal, de o contribuinte estar em programas de conformidade. Estamos fazendo uma adequação ao novo modelo que foi posto na Constituição [pela EC 132/23] e na [LC] 214/25." "Nós estamos colocando limitações ao tamanho da multa, porque o objetivo do Estado não é cobrar multas", diz Nelson Machado, diretor do CCiF e ex-ministro da **Previdência Social**. "O objetivo é que o cumprimento voluntário das obrigações tributárias. A maioria das empresas cumpre suas obrigações.

Não estamos dizendo que o modelo atual está errado, mas queremos discutir uma nova visão. É um momento de reflexão." Segundo Machado, o think tank deve discutir a sua proposta com várias entidades, não só as que representam setores econômicos como

aquelas que reúnem integrantes das fiscalizações nos três níveis federativos.

Santi diz ainda que a proposta vai no sentido da unificação da CBS e do IBS, seja no regulamento, nas infrações e sanções, na fiscalização e contencioso administrativo e nos programas de conformidade dos dois **tributos**. Ele defende que se os fatos geradores, bases de cálculos e sujeitos passivos - aqueles que são responsáveis pelo recolhimento do tributo e respondem pelas multas - são os mesmos, os critérios objetivos precisam ser compartilhados por CBS e IBS. "Se a mesma legislação material é aplicada, tem que ser a mesma multa." O estudo do CCiF, diz ele, traz proposta de texto nesse sentido para o PLP 108/24.

Para Machado, é preciso considerar que mais do que uma reorganização dos auditores nos três níveis - município, Estados e União - o novo sistema tributário, criando o IBS e a CBS, vai provocar uma "hecatombe no modelo de trabalho".

"Hoje, por mais que tenhamos modernizado a administração tributária, com a nota fiscal eletrônica e a informatização dos livros fiscais, o direito continua sendo complexo.

O fisco está acostumado a trabalhar com essa doideira que é sistema tributário atual, tentando distinguir se algo é serviço ou se é mercadoria. O novo modelo vai sumir com uma diversidade de problemas.

Só teremos um imposto, a base é a mesma. E não importa mais se é serviço ou mercadoria. A alíquota é por fora, não tem essa conversa de que está se escondendo alíquota. E tudo agora dá direito a crédito. É um modelo fortemente disruptivo."

"Queremos libertar o contribuinte para exercer sua atividade econômica" Eurico Santi

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188154?page=1§ion=1>

Eleição deve marcar fim do gradualismo fiscal, diz Pessoa

Alex Ribeiro De São Paulo

Com as medidas adotadas recentemente pelo governo, como a isenção de Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil, o presidente Lula delineou a política fiscal do restante do seu terceiro mandato e deverá conduzir a economia a uma dívida pública de cerca de 84% do Produto Interno Bruto (**PIB**) em 2026, 12 pontos percentuais maior do que recebeu de Jair Bolsonaro.

"Não vai dar para seguir numa estratégia tão gradualista assim, senão o câmbio vai para R\$ 7,00, R\$ 7,50, a **inflação** piora", afirma o economista Samuel Pessoa, pesquisador associado do FGV Ibre. Seja quem for eleito, Lula ou um candidato no campo da direita, terá que fazer reformas que limitem a expansão do gasto, como corrigir o salário mínimo à **inflação** e alinhar a alta das despesas com saúde e educação ao arcabouço fiscal.

Para ele, na hipótese de ser eleito para um quarto mandato, Lula teria restrições ideológicas a esse ajuste. "Vai ter que fazer forçado pelo mercado", avalia, o que significa reagir no calor de uma disparada do dólar e dos juros de mercado. "Já se for um governo de centro-direita ou direita, como, por exemplo, Tarcísio de Freitas, esse novo presidente já faria isso de saída. E já colheria muito benefício, porque o câmbio cairia, o juro despencaria".

Em entrevista ao Valor, Pessoa afirma que o Brasil avançou muito, incluindo os governos Fernando Henrique e Lula, na distribuição de renda e na criação de um Estado de bem-estar social.

"Chegou o momento de colocar o país para crescer." Ele calcula que o problema fiscal seja da ordem de dois a três pontos percentuais do **PIB**. Seu equacionamento permitiria uma queda duradoura dos juros, abrindo o caminho para a ampliação de investimentos produtivos.

Para ele, o Banco Central está numa estratégia de contenção de danos e que "a **inflação** na meta é uma realidade para 2028".

"Com esse juro, nada é viável no país. Não dá para fazer saneamento, estrada, não dá para as pessoas terem a sua hipoteca." Mais adiante, afirma, abriria o

caminho para avançar mais nas políticas de redistribuição de renda.

Pessoa é um físico que trocou o estudo da matéria pelo da sociedade ao constatar o impacto na vidas das pessoas causado pela recessão dos 1980. É doutor em economia pela Universidade de São Paulo (USP) com uma tese, orientada pelo professor Affonso Celso Pastore, sobre a estratégia de ajuste ao choque do petróleo.

A seguir, os principais trechos da entrevista: Valor: Qual é o tamanho do problema fiscal que o Brasil tem hoje?

Samuel Pessoa: Temos um déficit primário estrutural da ordem de 0,5% a 1% do **PIB**, alguma coisa dessa ordem. Temos que produzir um superávit de 1,5% a 2% do **PIB**. Então, nosso problema fiscal é de entre dois e três pontos percentuais do **PIB**, uma coisa próxima de R\$ 250 bilhões por ano.

Valor: Como que se resolve um problema desse tamanho?

Pessoa: É uma combinação de mudanças que controlem a taxa de crescimento do gasto - não é redução de gasto, é simplesmente o gasto passar a crescer mais lentamente - associada a uma rodada de aumento de carga tributária.

Durante uma década, pelo menos, o salário mínimo, que indexa os benefícios da **Previdência Social**, tem que crescer junto com a **inflação**. Os programas sociais vinculados ao salário mínimo já crescem muito. O número de benefícios previdenciários cresce de 2% a 3% ao ano. Se ainda dou um aumento real, vão crescer bem mais do que o **PIB**. Aí não dá para ter ajuste fiscal. Outro lado da história é indexar os mínimos constitucionais de saúde e educação à mesma regra do arcabouço fiscal, e não com uma regra diferente, como a receita corrente ou coisas assim. Feito isso, acho que a gente vai ter que passar por uma rodada de elevação de carga tributária.

Valor: Levaria anos ou décadas para resolver o problema?

Pessoa: Acho que dá para fazer em três anos. Não tem muito mais ativo, mas uma política mais agressiva de

privatização, principalmente da Petrobras, pode dar uma ajuda. A Petrobras tem um valor grande. Os motivos que justificavam uma estatal de petróleo, como monopólio natural, não existem mais. Estamos em plena transição energética, o petróleo cada vez tem um papel menor. Por outro lado, se você muda as regras do gasto obrigatório, o juro neutro cai. Isso gera uma perspectiva para a economia muito mais favorável. O risco- país cai, o câmbio valoriza e a taxa de juros neutra cai mais um pouquinho, porque você entra num círculo virtuoso.

Valor: Um programa tão grande assim, se implementado em três anos, levaria a uma recessão?

Pessoa: Eu acho que não, porque a gente está com a economia a plena carga. Ele propiciaria uma brutal redução da taxa de juros do Banco Central. A mudança do gasto público seria compensada pela queda do juro.

Se o gasto obrigatório cresce mais do que o **PIB**, eu tenho que inventar imposto novo todo ano. Ou tem que aumentar a alíquota de **impostos** velhos todo ano. Não consigo sair dessa armadilha de juro alto.

Valor: Qual seria o efeito para a distribuição de renda?

Pessoa: Não haveria perdas. Só haveria uma redução na velocidade de ganho. Depois de toda a política de valorização do salário mínimo que já houve desde 1994, os salários mínimos cresceram muito, tanto no governo FHC quanto no período do Lula e, agora, mais recentemente.

Expandimos muito o Bolsa Família, que era 0,5% do **PIB** e hoje é 1,5% do **PIB**. Fez toda a área de bem-estar social do país. Tem auxílio-doença, seguro-desemprego, SUS, escola pública. Temos um passo novo, importante, que é essa medida de isentar de Imposto de Renda salários até R\$ 5 mil, mas a gente precisa sair dessa armadilha dos juros altos. A ideia é que chegou o momento de colocar o país para crescer. Lá na frente, a gente pode retomar, conforme o **PIB** começa a crescer mais. Hoje é prioritário, depois de tudo que a gente fez, construir as condições para o juro cair. Com esse juro, nada é viável no país. Não dá para fazer saneamento, estrada, não dá para as pessoas terem a sua hipoteca.

Valor: Com a polarização política e a população dividida, é possível fazer um ajuste dessa magnitude?

Pessoa: O **Temer** fez, o Bolsonaro entregou um fiscal melhor do que o que recebeu.

Valor: O Bolsonaro perdeu a eleição, o **Temer** não foi nem candidato.

Pessoa: Bolsonaro perdeu a eleição porque geriu muito mal a pandemia. Se tivesse gerido bem, com a aceleração das vacinas, a recuperação da economia teria ocorrido antes. Ele estaria uns três ou quatro meses à frente no ciclo de recuperação econômica, e acho que ganharia a eleição.

Valor: Mas também houve uma forte expansão fiscal no último ano de Bolsonaro, sinal de que ele não acreditava que a austeridade ajudaria politicamente.

Pessoa: Não foi tanto assim. Fiz um trabalho comparando 2022 com 2014. O orçamento de 2022, o gasto público, foi 18% do **PIB**.

Teve algumas desonerações, mas elas acabavam, tinham data para terminar. Foi uma coisa eleitoreira, é verdade. Mas acabou. Não estava na lei que era para continuar.

O Lula seguiu e depois foi encerrando aos poucos.

Valor: Então é possível ser austero e manter a popularidade?

Pessoa: No começo do governo, é um pouco a lógica de Maquiavel.

Você faz as coisas que tem que fazer, o país responde bem. Você termina o mandato com popularidade. Agora, de fato, se o Lula for para um quarto mandato, vai ser difícil fazer isso no começo do governo. O mercado vai forçar, porque a dívida pública estará muito maior. Não vai dar para seguir numa estratégia tão gradualista assim, senão o câmbio vai para R\$ 7,00, R\$ 7,50, a **inflação** piora, e o Lula terá que fazer alguma coisa.

Valor: Qual sua avaliação da política fiscal do governo Lula no presente momento?

Pessoa: Não sou muito crítico, não. O governo Lula fez uma opção por aumentar muito o gasto público no começo do governo.

Eu discordei, achei ruim. Mas foi uma escolha política que o presidente fez. Dado isso, acho que o ministro [da Fazenda] Fernando Haddad tem feito o que é necessário para tentar segurar as pontas.

A taxa de crescimento do gasto está caindo. O gasto em 2023 contra 2022 cresceu 7%; depois, 2024 contra 2023 crescia 5%; e, de 2025 para 2024, vai crescer uns 2,5% ou 3%. Está com uma receita forte, então a situação fiscal está marginalmente melhorando.

Acho que o presidente Lula vai entregar uma situação

certamente melhor do que em 2023, o primeiro ano dele. O ano de 2026 será melhor do que 2023. Talvez, dependendo da metodologia, da forma como se meça, o presidente Lula entregue em 2026 uma situação equivalente a 2022, talvez um pouquinho melhor, talvez um pouquinho pior.

Valor: Os gastos não aumentam na eleição de 2026?

Pessoa: O pacote de eleição do Lula já está dado. Esse consignado, a desoneração da folha, o programa Pé-de-Meia e o programa Vale-Gás, que a gente não sabe ainda os detalhes. Vamos ver se vem mais coisas.

Valor: E por que as dificuldades seriam maiores em um eventual quarto mandato de Lula?

Pessoa: Teria que fazer o pacote que citei, e Lula tem restrições ideológicas. Vai ter que fazer forçado pelo mercado. Já se for um governo de centro-direita ou direita, como, por exemplo, Tarcísio de Freitas, esse novo presidente já faria isso de saída.

E já colheria muito benefício, porque o câmbio cairia, o juro despencaria.

Valor: Em novembro e dezembro, o dólar subiu muito, e essa piora foi atribuída à frustração com o pacote fiscal. Agora, está caindo, e o cenário fiscal é o mesmo. Houve exagero na atribuição do estresse do ano passado à política fiscal?

Pessoa: Uma parte era a política fiscal, mas havia também uma antecipação do governo Trump.

Essa recuada do dólar agora foi porque o Trump está fazendo menos nas tarifas do que se imaginava.

Agora, olhando 2024 como um todo, foi um período de frustração fiscal. Houve a mudança das metas de superávit primário, depois aquele pacote fiscal não foi bem recebido. Em dezembro de 2023, o câmbio estava em R\$ 4,90, e terminou 2024 em R\$ 6,30, uma desvalorização de cerca de 25%. Diria que dois terços disso foram fatores domésticos e um terço, fatores externos.

Valor: Há uma perspectiva de desaceleração da economia. Isso não prejudica a política fiscal?

Pessoa: Acho que vai ser uma desaceleração moderada. Cresceu 3,4% no ano passado, vai crescer 2% neste ano. Vai ter um déficit, algo perto de R\$ 80 bilhões. A dívida pública vai continuar piorando.

Mas tudo isso já está na conta. Sabemos que a dívida pública, no fim do ano que vem, estará em torno de

84% do **PIB**. Lula recebeu do Bolsonaro com 72%.

No quadriênio do Lula, ele adicionou três pontos percentuais de endividamento por ano.

Valor: O que a política fiscal significa hoje em termos de impulso?

Pessoa: O fiscal atrapalhou, mas acho que este ano será neutro.

Não vai atrapalhar tanto quanto nos outros anos. Por isso, inclusive, vai haver desaceleração.

Mas, como tem esse pacotinho de reeleição, a desaceleração será menor. Vai haver algum impulso fiscal ou parafiscal que ajudará a sustentar um certo crescimento.

Valor: Nesse mix de política monetária e fiscal, o Banco Central seria capaz de levar a **inflação** para a meta?

Pessoa: Acho que eles não vão brigar pela meta. Vão tentar impedir que a **inflação** extrapole muito.

Valor: Por que o BC reagiria dessa forma? Algum receio de dominância fiscal?

Pessoa: O Banco Central tem o comando de entregar a meta, com um objetivo subsidiário de suavizar o ciclo econômico. Dada a situação da economia hoje, ele teria que causar uma recessão muito grande para atingir a meta no horizonte que tem. Acho que não vai fazer isso.

Valor: Essa necessidade de dosar o sacrifício tem a ver com a política fiscal?

Pessoa: Tem a ver com o fiscal.

Como a política fiscal gerou uma economia em pleno emprego por muito tempo, estamos com um processo de **inflação** cada vez mais inercializado, principalmente no componente de serviços.

Para enfrentar isso só com juros, seria necessário elevá-los demais.

Acho que o Banco Central vai adotar uma política de contenção de danos. Vai aceitar uma **inflação** de 5% em 2026 e esperar que, a partir de 2027, haja um regime de política fiscal diferente para tentar trazer a **inflação** de volta à meta. Claro que, se houver uma mudança de política fiscal, o câmbio cai muito e o BC ganha uma oportunidade para, sem grande dor, fazer a **inflação** convergir para a meta, sem precisar aumentar muito o desemprego.

Talvez os preços dos alimentos no ano que vem ajudem, um ou outro choque externo, e o BC consiga sustentar uma **inflação** mais baixa, em torno de 5%. Neste ano, deve ficar em torno de 6%.

VALOR ONLINE

Eleição deve marcar fim do gradualismo fiscal, diz Pessoa

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188154>

Valor: E quando a **inflação** pode voltar à meta?

Pessoa: **Inflação** na meta é uma realidade para 2028.

Valor: Como você está vendo a política parafiscal?

Pessoa: Acabamos de ver um retrocesso, que foi a mudança que permitiu usar R\$ 20 bilhões do antigo fundo soberano, dinheiro do pré-sal, para o Minha Casa Minha Vida. Tem fundinho aqui, fundinho acolá. isso é ruim. Mas acho que eles não reverteram as medidas tomadas no governo **Temer** para disciplinar o parafiscal. Houve avanços. O presidente Lula vai deixar o legado da **reforma tributária**, que é um enorme avanço institucional e será colhido nos próximos 10 anos. A dificuldade é que o presidente Lula, surpreendentemente, fez uma política fiscal muito responsável nos primeiros três anos do primeiro governo dele e, depois que trocou o ministro da Fazenda, o fiscal começou a se deteriorar. Ele não percebe que o bom período que teve nos oito anos de mandato foi construído naqueles três primeiros anos.

Hoje, o presidente Lula se tornou uma figura destrutiva para o fiscal.

Chamo isso de progressismo.

É algo que o PT faz, os Kirchners fizeram e, em um regime não democrático, o chavismo fez. Já a Concertación, no Chile, nunca fez. O progressismo é gerir a economia testando os limites o tempo todo. Você gera déficit fiscal, piora a situação externa, coloca o mercado de trabalho em pleno emprego, com salários crescendo mais do que a produtividade.

A esquerda se sustenta naquela frase bonita do Betinho: "Quem tem fome, tem pressa". E, como quem tem fome tem pressa, desorganiza-se a macroeconomia para tentar aliviar a fome dos mais pobres. O problema é que, ao criar um desequilíbrio macroeconômico, não se chega a lugar nenhum. Isso apenas gera mais famintos no futuro. A alternativa seria um caminho mais cauteloso, com avanços incrementais, mas sempre para frente.

O presidente Lula entregará uma situação pior do que recebeu: uma dívida pública bem maior, juros altos e **inflação** bem acima da meta. O país não avança, não sai do lugar, preso nesse equilíbrio de juros e risco elevados

Notícias Relacionadas:

Imposto de Renda 2025: veja passo a passo para fazer a declaração pré-preenchida

Por Redação g1 - São Paulo

A declaração pré-preenchida do Imposto de Renda 2025 está disponível a partir desta terça-feira (1º).

O modelo em que as informações são inseridas automaticamente no sistema, sem a necessidade de digitação, foi prejudicado por dificuldades internas da **Receita Federal**.

A pré-preenchida pode ser utilizada por todos os contribuintes que possuem conta gov.br nos níveis ouro ou prata.

A declaração traz informações de rendimentos, deduções, bens e direitos e dívidas e ônus reais - que são carregadas automaticamente, sem a necessidade de digitação.

A **Receita Federal** avalia que esse tipo de declaração diminui os erros e proporciona maior comodidade ao contribuinte.

Os contribuintes que precisam declarar o Imposto de Renda 2025 podem usar, a partir desta terça-feira (1º), a declaração pré-preenchida - modelo em que as informações são inseridas automaticamente no sistema, sem a necessidade de digitação.

Até então, quem tentou fazer a declaração do IR 2025 por meio da modalidade conseguiu incorporar apenas informações básicas.

Segundo o subsecretário de Gestão Corporativa da **Receita Federal**, Juliano Neves, dificuldades internas, incluindo a greve de servidores, prejudicaram os trabalhos e impossibilitaram que o órgão disponibilizasse a versão pré-preenchida logo no início do prazo de declaração, em 17 de março.

Neste ano, a Receita dará prioridade no pagamento da restituição aos contribuintes que escolherem a declaração pré-preenchida e também optarem por receber a restituição via PIX.

A pré-preenchida pode ser utilizada por todos os contribuintes que possuem conta gov.br nos níveis ouro ou prata. (veja aqui como elevar o nível)

Confira a seguir como funciona a declaração pré-

preenchida:

Por que a pré-preenchida foi liberada só agora? O que é a declaração pré-preenchida? Como fazer a declaração pré-preenchida? Como estar habilitado? Quem é obrigado a declarar o Imposto de Renda em 2025

LEIA MAIS

IR 2025: veja mudanças e quem precisa declarar Programa para declaração: veja como baixar

O que é a declaração pré-preenchida?

A declaração pré-preenchida traz informações de rendimentos, deduções, bens e direitos e dívidas e ônus reais - que são carregadas automaticamente, sem a necessidade de digitação.

Para isso, a Receita se baseia na Declaração de Imposto Retido na Fonte (Dirf) das pessoas jurídicas pagadoras, empresas do ramo de imóveis e de prestadores de serviços de saúde. São usadas também as informações do contribuinte no ano anterior.

A **Receita Federal** avalia que esse tipo de declaração diminui os erros e proporciona maior comodidade ao contribuinte.

O Fisco esclarece, entretanto, que é responsabilidade do contribuinte a verificação da correção de todos os dados pré-preenchidos na declaração, devendo realizar as alterações, inclusões e exclusões das informações necessárias, se for o caso.

Esse tipo de declaração existe desde 2014, mas era necessário ter certificado digital para utilizá-la, o que restringia o número de usuários.

Como fazer a declaração pré-preenchida?

A declaração pré-preenchida poderá ser utilizada por todos os contribuintes em todas as formas de preenchimento disponíveis:

?? NO COMPUTADOR

Baixe o programa da declaração do IR 2025 Faça o

login da conta gov.br; Abra uma declaração na aba Nova ,Selecione Iniciar declaração a partir da pré-preenchida .

?? ON-LINE

Acesse o portal e-CAC com o login gov.br;Selecione a opção Declarações e Demonstrativos ;Em seguida, Meu Imposto de Renda ;Clique em Preencher declaração online ;Depois, em Iniciar Declaração ,Selecione a opção Pré-Preenchida .

?? EM DISPOSITIVOS MÓVEIS

Acesse o app **Receita Federal** Faça o login com a conta gov.br;Selecione o ano;Selecione Iniciar Declaração ,Escolha a opção Pré-Preenchida .

?? LEMBRE-SE (MAIS UMA VEZ): O Fisco reforça que é responsabilidade do contribuinte a verificação da correção de todos os dados pré-preenchidos na declaração, devendo realizar as alterações, inclusões e exclusões das informações necessárias, se for o caso .

O download do programa utilizado para o Imposto de Renda 2025 foi liberado pela **Receita Federal** em 13 de março. O prazo de entrega vai até 30 de maio.

Quem pode fazer?

Para realizar a declaração pré-preenchida, o contribuinte precisa elevar o nível de sua conta gov.br para o nível de segurança ouro ou prata.

As contas cadastradas exclusivamente com informações do CPF ou do **INSS** são consideradas de nível bronze. O cadastro feito presencialmente nas unidades do **INSS** ou Denatran também tem nível bronze.

O usuário pode aumentar o nível de segurança da sua conta fazendo validações por biometria facial ou dados bancários.

Nível prata: validação pelo aplicativo gov.br para conferência da sua foto nas bases da Carteira de Habilitação (CNH) ou por meio de internet banking de bancos parceiros;Nível ouro: validação facial por meio de dados do TSE ou certificado digital.

Veja aqui, em detalhes, como abrir e elevar o nível de uma conta gov.br.

Como estar habilitado?

O primeiro passo para acessar os serviços digitais da **Receita Federal** é fazer um aprimoramento do acesso

ao gov.br.

A conta gov.br é uma identificação que comprova em meios digitais quem está usando o sistema ou serviço. Ela é gratuita e está disponível para todos os cidadãos brasileiros. Quem ainda não possui, pode fazer o cadastro pelos seguintes caminhos:

site Acesso (gov.br)App gov.br (link iOS)App gov.br (link Android)

Quem é obrigado a declarar o Imposto de Renda em 2025

quem recebeu rendimentos tributáveis acima de R\$ 33.888,00 em 2024. O valor é um pouco maior do que o da declaração do IR do ano passado (R\$ 30.639,90) por conta da ampliação da faixa de isenção;contribuintes que receberam rendimentos isentos, não-tributáveis ou tributados exclusivamente na fonte, cuja soma tenha sido superior a R\$ 200 mil no ano passado;quem obteve, em qualquer mês de 2024, ganho de capital na alienação de bens ou direitos, sujeito à incidência do imposto, ou realizou operações em bolsas de valores, de mercadorias, de futuros e assemelhadas cuja soma foi superior a R\$ 40 mil, ou com apuração de ganhos líquidos sujeitas à incidência do imposto;quem teve isenção de imposto sobre o ganho de capital na venda de imóveis residenciais, seguido de aquisição de outro imóvel residencial no prazo de 180 dias;quem teve, em 2024, receita bruta em valor superior a R\$ 169.440,00 em atividade rural;quem tinha, até 31 de dezembro de 2024, a posse ou a propriedade de bens ou direitos, inclusive terra nua, de valor total superior a R\$ 800 mil;quem passou para a condição de residente no Brasil em qualquer mês e se encontrava nessa condição até 31 de dezembro de 2024;quem optou por declarar os bens, direitos e obrigações detidos pela entidade controlada, direta ou indireta, no exterior como se fossem detidos diretamente pela pessoa física;possui trust no exterior;quem atualizou bens imóveis pagando ganho de capital diferenciado em dezembro/2024 (Lei nº 14.973/2024);quem auferiu rendimentos no exterior de aplicações financeiras e de lucros e dividendos;deseja atualizar bens no exterior.

Site: <https://g1.globo.com/economia/imposto-de-renda/noticia/2025/04/01/imposto-de-renda-2025-veja-passo-a-passo-para-fazer-a-declaracao-pre-preenchida.ghtml>

Portal da reforma tributária vai ter teste no 2º semestre

Ruan Amorim De Brasília

O governo deve lançar no início do segundo semestre o piloto do chamado Portal da **Reforma Tributária**, plataforma pela qual empresas e pessoas físicas poderão testar o novo sistema de tributação sobre o consumo. O objetivo é testar o sistema antes da entrada em vigor das novas regras, em janeiro de 2026, segundo o Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro), estatal responsável pelo desenvolvimento da infraestrutura.

No portal, contribuintes terão acesso a serviços gratuitos que permitirão controlar o ciclo de vida do crédito tributário. Para pessoas físicas, por exemplo, será possível estimar valores a serem devolvidos em formato de cashback, quando for o caso. Já empresas poderão checar créditos tributários a que tem direito.

"O Portal Nacional da **Reforma Tributária** será o principal meio de integração de serviços que permitirá ao contribuinte acompanhar detalhadamente, sem qualquer custo, todo o seu ciclo de vida tributário, conta corrente de crédito e débito, ressarcimentos automáticos, entre outros", disse a diretora de negócios econômico-fazendários do Serpro, Ariadne Fonseca.

Nesta plataforma estarão disponíveis sistemas que permitirão o cálculo e a cobrança do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS). Além disso, os usuários vão poder acessar mecanismos de tratamento tributário e a Conta Corrente Tributário. De acordo com a diretora do Serpro, os cálculos se baseiam em documentos fiscais e declarações. Assim, toda a documentação gerada anualmente, que formaliza as operações de bens e serviços, servirá de fonte de informação para calcular o imposto.

Ela acrescentou que o cidadão poderá acessar as compras realizadas e a estimativa dos valores previstos a lhe serem devolvidos em formato de cashback, quando for o caso.

Na avaliação da diretora, com essa plataforma, a implementação do IVA Dual está garantida, eliminando o princípio de cumulatividade vigente nos atuais **tributos**. Ou seja, com essa fiscalização, o contribuinte não irá mais pagar imposto sobre imposto.

Segundo ela, os **tributos** serão recolhidos desde a origem e repassados ao longo da cadeia produtiva, permitindo que os valores pagos anteriormente sejam descontados nas etapas seguintes.

Esse modelo é previsto na legislação que cria o novo sistema de tributação sobre o consumo.

"Na prática, o cara que plantou o milho vai ter que recolher um tributo, que é um imposto que será repassado ao longo da cadeia. Sendo assim, quem for vender o produto final poderá descontar o valor correspondente do tributo inicial", ressalta.

Para isso, ela explica que não é preciso uma integração direta do Portal da **Reforma Tributária** com os meios de pagamentos digitais, questão que ainda está sendo avaliada e aguarda o estudo de implementação do "split payment".

O "split payment" é o sistema que divide automaticamente o valor pago por um comprador entre o vendedor e as autoridades fiscais no momento da transação.

Em outras palavras, é o mecanismo que arrecadará o IBS, abaterá os créditos tributários devidos à empresa contribuinte e dividirá a receita a quem de direito - uma parte para Estados e outra para municípios. No final do processo de transição, tudo isso será feito de forma automática.

O "split payment", quando implementado, será obrigatório nas operações por meios de pagamento eletrônicos (Pix, Drex, cartão de crédito, cartão de débito, boleto).

A expectativa é que esse sistema comece a operar ao longo de 2026.

"Conforme as informações que recebemos das administrações tributárias das três esferas e da Secretaria da **Reforma Tributária**, entendemos que a integração com os meios de pagamento poderá ocorrer ao longo de 2026, não precisando, necessariamente, estar implementada já no início do próximo ano", ressalta Fonseca.

A capacidade de processamento do sistema da

reforma, segundo o Serpro, está estimada em 150 bilhões de operações de consumo ao ano, com a expectativa de picos de 15 mil operações por segundo.

A plataforma poderá ser acessada por meio do Gov.br, sistema do governo, também desenvolvido pelo Serpro, que já conta com 165 milhões de usuários e tem mais 4,5 mil soluções acopladas.

Além disso, o portal tributário vai permitir que contribuintes, administradores tributários e cidadãos naveguem entre os serviços de forma integrada, com a experiência unificada característica do ecossistema digital do governo federal.

De acordo com Fonseca, o portal nacional da **Reforma Tributária** garantirá um ponto de contato único para os serviços e consultas necessários para que o contribuinte acesse qualquer informação relativa às suas operações comerciais.

Ela explica também que nem todos os sistemas que permitirão a análise da Apuração Assistida do IBS e da CBS serão produzidos no ambiente do Serpro, embora vão integrar o portal.

O ambiente do Serpro cuidará exclusivamente dos sistemas do CBS, já os produtos e serviços voltados para o IBS serão produzidos em outra plataforma computacional de responsabilidade do Comitê Gestor. O ecossistema da **reforma tributária** tem como premissa ser "uma solução desacoplada, subdividida em módulos principais, preparados e configurados para serem produzidos na "Nuvem Soberana de governo".

A **reforma tributária** unifica cinco **impostos** que incidem sobre o consumo de bens e serviços: IPI, PIS e Cofins (federais), ICMS (estadual) e ISS (municipal). Esses **tributos** serão substituídos pelo Imposto sobre Valor Agregado (IVA) dual, composto pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência federal, e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência estadual e municipal.

O IVA incide em cada etapa da cadeia de produção e comercialização de mercadorias e serviços, acrescentando valor ao produto ou serviço e eliminando a cobrança de **impostos** em cascata. Isso porque, o imposto recolhido em cada etapa gera um "crédito tributário" para ser deduzido do valor já pago anteriormente.

Isso possibilita que o recolhimento do imposto apenas sobre a diferença correspondente ao valor agregado.

Esse processo se repete ao longo de toda a cadeia até o consumidor final.

"Contribuinte vai acompanhar todo o seu ciclo de vida tributário" Ariadne Fonseca

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188154?page=1§ion=1>

Ajuste estrutural nas contas públicas tende a ser adiado

Estevão Taiar e Guilherme Pimenta De Brasília

As incertezas criadas no cenário externo pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, colocam pressão sobre um dos maiores problemas econômicos do Brasil e que se arrasta há mais de uma década: o desequilíbrio fiscal. No entanto, apesar da urgência, a sinalização de autoridades do governo federal é que os ajustes estruturais defendidos por economistas e especialistas em contas públicas, como a diminuição no ritmo de crescimento das despesas obrigatórias e da rigidez do Orçamento da União, devem ficar para depois das eleições presidenciais de 2026.

Neste terceiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a principal regra de controle das contas públicas é o arcabouço fiscal, que estabelece tanto um limite de 2,5% para o crescimento real (descontada a **inflação**) e anual das despesas da União quanto metas de resultado primário a serem cumpridas pelo governo federal. O arcabouço tem sido insuficiente, no entanto, para controlar o crescimento da dívida pública.

Estudo da Tendências com base em números do Fundo Monetário Internacional (FMI) mostra que a dívida pública do Brasil destoa, para cima, da registrada em grande parte dos países emergentes: 87,6% do Produto Interno Bruto (**PIB**) no caso do Brasil, ante 53,8% na média de 30 países emergentes.

O critério usado pelo FMI difere daquele usado pelo Banco Central (BC), por considerar títulos do Tesouro Nacional que estão na carteira da autoridade monetária.

Na metodologia do BC, a dívida bruta do governo geral (DBGG) já subiu quase quatro pontos em relação ao **PIB** desde o início do terceiro mandato de Lula, encerrando janeiro em 75,3%. A Secretaria do Tesouro Nacional projeta agora que o indicador atingirá o pico de 81,8% em 2027, entrando na sequência em trajetória de queda.

As estimativas de analistas em contas públicas são, no entanto, em sua grande maioria mais pessimistas.

A Instituição Fiscal Independente (IFI), órgão de monitoramento da política fiscal ligado ao Senado,

calcula por exemplo que a dívida bruta crescerá continuamente pelo menos até 2034, quando atingirá 116,3% do **PIB**.

Mesmo projeções mais otimistas traçam cenários piores do que o calculado pelo governo federal.

A Tendências, que considera crescimento anual médio do **PIB** de 2,5% impulsionado em parte pela **reforma tributária** sobre consumo, projeta que a dívida bruta atingirá o pico de 92,9% em 2031, até se estabilizar e "começar a cair um pouquinho em 2033".

Parte da trajetória crescente prevista por analistas para a dívida pública é atribuída à dificuldade do governo federal alcançar metas de resultados primários mais ambiciosas. Economistachefe da Reag Investimentos, Marcelo Fonseca calcula que é necessário um superávit primário de aproximadamente 2% do **PIB** para que a dívida pública se estabilize.

"As metas estabelecidas pelo arcabouço são insuficientes para endereçar os riscos fiscais", diz.

Para Bráulio Borges, economista da LCA 4intelligence e pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre), o superávit primário necessário para estabilizar a dívida pública subiu desde que Trump foi eleito.

"Com essa política inflacionária do Trump, a projeção para os próximos anos do juro médio americano, que é uma espécie de base para os juros brasileiros, subiu." Ele calcula ser necessário um ajuste fiscal de aproximadamente 2,5 pontos percentuais do **PIB** para alcançar essa estabilização, o que representa um desafio considerável. "Além disso, não é só o tamanho do ajuste que interessa, mas também a velocidade dele", diz.

"A gente precisa fazer isso rapidamente, porque, com a taxa de juros real alta lá fora, a nossa dívida também cresce mais rapidamente enquanto não chegarmos no resultado primário necessário." A dificuldade para alcançar maiores resultados primários, por sua vez, é parcialmente fruto do ritmo de crescimento das despesas obrigatórias, como aposentadorias e gastos com pessoal. Entre 2008 e 2024, a relação entre as despesas obrigatórias e o total de despesas da União subiu de 86% para

91,7%. Esses gastos crescem, em muitos casos, em ritmo superior ao limite de 2,5% ao ano estabelecido pelo arcabouço - deixando pouco espaço para despesas discricionárias, como investimentos e custeio da máquina pública.

Entre as sugestões para diminuir o ritmo de expansão das despesas obrigatórias, economistas citam uma nova reforma da Previdência, a desvinculação de benefícios previdenciários e assistenciais dos reajustes do salário mínimo, a correção do mínimo apenas pela **inflação**, sem aumentos reais, e alterações nos pisos constitucionais para gastos com saúde e educação, hoje atrelados à receita.

"Quebrar a rigidez orçamentária é fundamental para permitir uma revisão minimamente mais profunda das despesas", diz Bruno Lavieri, economista da 4intelligence, destacando que há "poucos mecanismos que beneficiem a eficiência do gasto público".

Na mesma linha segue a economista- chefe do Banco Inter, Rafaela Vitória. "O controle do crescimento dos gastos ainda é a principal saída para a consolidação fiscal, para chegarmos a um superávit estrutural que resulte no resgate da confiança do mercado, reduzindo o prêmio de juros e consequentemente levando à estabilização da dívida pública", diz.

Par ela, além da desvinculação dos gastos, é preciso retomar a reavaliação dos inúmeros programas sociais, considerando sua readequação à atual realidade, bem como a possibilidade de reunificação.

Vitória diz que a conjuntura atual de elevado crescimento do **PIB**, acompanhado de elevada **inflação**, "mostra claramente as limitações da expansão fiscal para impulsionar a economia". "O planejamento fiscal precisa levar em conta, assim como a política monetária faz, a estabilidade da moeda.

Caso nada seja feito, a **inflação** será a solução para a correção fiscal, custo que recai justamente sobre as famílias de mais baixa renda." Autoridades do governo indicam que ações mais contundentes para o equilíbrio fiscal tendem a ficar para o futuro. A ministrada das Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann, descarta a apresentação de novas medidas de corte de gastos, além das divulgadas no fim de 2024. "Nós fizemos já as medidas de ajuste fiscal no fim do ano, que foram importantes", diz, afirmando que o governo federal entregou um "resultado fiscal relevante" em 2024. O governo central terminou o ano passado com déficit primário de R\$ 11 bilhões, o equivalente a 0,09% do PIB. A meta de erradicar o déficit zero, com intervalo de tolerância de 0,25 ponto do **PIB**, para cima ou para baixo, ou cerca de R\$ 28,8

bilhões.

A ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, afirma que será necessário "fazer ajustes fiscais mais robustos no futuro", principalmente para o "pós-eleição de 2026".

Em entrevista ao programa "Bom Dia, Ministra", transmitido pela Empresa Brasileira de Comunicação (EBC) em 25 de março, ela observou que esses ajustes poderão ser realizados "sem tirar direitos de ninguém", já que "tem muita gordura para cortar". E destacou, por exemplo, os gastos tributários do governo federal, na casa dos R\$ 500 bilhões.

"[Depois das eleições] vamos ter que sentar à mesa, enfrentar essas questões e colocar dinheiro nos cofres públicos, para fazer políticas necessárias, ou rediscutir os parâmetros do arcabouço", disse Tebet, lembrando que "a partir de 2027 precisaremos colocar algo em torno de R\$ 50 bilhões dentro do Orçamento" referentes a precatórios (dívidas do poder público reconhecidas pela Justiça).

Borges lembra que a realização de ajustes fiscais em períodos anteriores a eleições, como a de 2026 no Brasil, são difíceis politicamente. "Isso só acontece em raríssimas exceções, como quando um país precisa de dólares e fecha um acordo com o FMI cuja contrapartida é um ajuste fiscal", diz. "Não é caso do Brasil [precisar de dólares neste momento].

Então boa parte disso vai ficar para 2027", afirma Borges, destacando a melhora fiscal "em ritmo modesto" dos últimos anos.

O cenário se torna ainda mais complexo diante das incertezas em relação aos efeitos sobre a atividade econômica e a **inflação** decorrentes das políticas adotadas por Trump. A maneira errática como o presidente americano vem implantando medidas, não apenas econômicas, já impacta negativamente indicadores de confiança em todo o mundo.

"Políticas do governo americano relacionadas à imposição de tarifas de importação, cortes de pessoal e restrições à imigração têm gerado tensões comerciais e geopolíticas, intensificando o quadro de incertezas e a volatilidade nos mercados globais", apontou a Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda na edição mais recente do Boletim Macroeconômico, divulgada este mês.

"Um ambiente de maiores incertezas e aversão ao risco já deixa os países emergentes mais expostos", diz Alessandra Ribeiro, diretora de macroeconomia e análise setorial da Tendências Consultoria.

Nessas situações, investidores tendem a buscar "maior segurança", diminuindo o financiamento externo para países com fundamentos econômicos menos sólidos.

"Isso por si só reforça a necessidade de andarmos com essa agenda", afirma, sobre medidas de controle da dívida pública.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188154>

Reforma do IR e consignado são pautas prioritárias do governo

Depois de dois anos com uma intensa agenda legislativa, focada em medidas pelo lado da receita, o Ministério da Fazenda começa 2025 com duas propostas consideradas prioridades máximas no Congresso Nacional: a reforma do Imposto de Renda (IR) e a medida provisória que tenta destravar o crédito consignado privado aos trabalhadores celetistas. Há, ainda, o desejo da equipe econômica de conseguir avançar com a agenda microeconômica e com os projetos que restringem os supersalários no funcionalismo público e a aposentadoria dos militares - os dois últimos, porém, tendem a enfrentar mais resistência no Legislativo.

No começo do ano, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, apresentou aos presidentes da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), e do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), uma lista de 25 prioridades da pasta até 2026. A relação, porém, contém uma série de medidas que dependem de ações do governo, restando 14 propostas que precisam de aprovação do Parlamento entre este e o próximo ano.

Ao Valor, o líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-SP), disse que vai fazer um "filtro" nos projetos antes de decidir o que será encaminhado com maior prioridade pela base. De acordo com ele, a ideia é que o tema seja discutido com o presidente da Câmara depois que ele voltar da viagem ao Japão, para a qual foi convidado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), realizada na semana passada.

Apesar da lista original ser extensa, integrantes da equipe econômica dizem que os projetos de alta prioridade são a reforma do Imposto de Renda e o novo consignado aos trabalhadores da iniciativa privada. Essas duas medidas fazem parte de um pacote do governo destinado à classe média. São as principais apostas para tentar recuperar a imagem do presidente Lula, que passa por um momento de crise de confiança.

O deputado Rubens Pereira Júnior (PT-MA), vice-líder do governo na Casa, considera que a tramitação das pautas prioritárias acontecerá em um ritmo semelhante ao visto nos dois últimos anos. "Depois que concluir a reforma da renda, não vem mais nada muito estruturante. O mais importante já foi, então acredito que será tranquilo."

Vice-líder da oposição na Câmara, o deputado Sanderson (PL-RS) disse que o grupo vai apoiar a isenção de Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil, mas irá trabalhar para alterar a forma de compensação da medida. "Somos a favor, apesar de estarmos cientes de que é uma medida eleitoreira do Lula. Mas não vamos deixar que a conta seja jogada para outros setores da sociedade. O governo que corte gastos e encontre o dinheiro", afirmou o parlamentar.

O projeto isenta de Imposto de Renda quem ganha até 5 mil por mês e propõe como medida de compensação a cobrança de IR efetivo de até 10% sobre as rendas mais altas (acima de R\$ 600 mil por ano). Para isso, dividendos acima de R\$ 50 mil distribuídos por empresas a pessoas físicas no Brasil serão taxados em 10%. Dividendos distribuídos por empresas brasileiras a pessoas fora do país também serão taxados em 10%, independentemente do valor.

A Fazenda estima que a renúncia de receita com a ampliação da isenção do IR será de R\$ 25,8 bilhões em 2026, compensada com a taxação da alta renda, que arrecadará R\$ 34,1 bilhões em 2026.

Líder da oposição no Senado, Rogério Marinho (PL-RN) afirma que os números divulgados pela Fazenda são questionáveis, principalmente porque não levam em consideração a queda de arrecadação que Estados e municípios terão com a proposta. "Os cálculos que nós tivemos acesso por parte das entidades ligadas aos municípios é de que você vai ter uma renúncia [para os entes subnacionais] de quase R\$ 12 bilhões ao ano. Não estou conseguindo ver como se fecha essa conta." Marinho, porém, diz que a oposição ainda não tem posicionamento definido sobre o tema e que a proposta será estudada pela bancada.

Nos bastidores, Haddad também cobra que o Congresso aprove neste ano duas medidas que ficaram pendentes do pacote de contenção de gastos: o projeto que limita os supersalários do funcionalismo público e o que traz regras mais rígidas de aposentadorias aos militares das Forças Armadas.

Essas duas propostas não têm impacto fiscal relevante, segundo interlocutores do ministro, mas são importantes para mostrar que todos os setores do funcionalismo público estão dando sua contribuição

para o controle das contas públicas. A equipe econômica sabe, contudo, que ambas as propostas devem enfrentar resistências no Congresso - por isso dizem que os dois projetos são "a prova de fogo" para saber qual é o real comprometimento do Legislativo com a estabilidade das contas públicas.

No caso dos supersalários, a proposta é relatada pelo vice-presidente do Senado, Eduardo Gomes (PL-TO), e está parada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Há na Casa uma articulação do ex-presidente, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), para que a matéria caminhe ao lado da proposta de emenda à Constituição (PEC) que reestrutura a carreira no Judiciário, a PEC do Quinquênio.

Com a proximidade de Pacheco e Alcolumbre, a tendência é que o cenário se mantenha. Segundo a consultoria do Senado, a chamada PEC do Quinquênio teria um impacto de pelo menos R\$ 81,6 bilhões até 2026.

Em relação aos demais projetos da agenda econômica - grande parte relacionados à pauta microeconômica, o governo considera que podem ser aprovados ao longo do ano, nos momentos em que a pauta do Congresso fica destinada a votações consensuais. Isso porque, segundo membros do governo, parte dos projetos da agenda micro já tem acordo com o setor produtivo, por isso seriam menos polêmicos e poderiam aproveitar as "brechas" que se abrirem ao longo do ano para votação.

A mesma situação é esperada para o segundo projeto de lei que regulamenta a **reforma tributária** do consumo. Esse projeto trata do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) - futuro imposto dos Estados e municípios. O texto também prevê novas regras para o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCMD) e para o Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI).

O relator da proposta no Senado, Eduardo Braga (MDB-AM), deve divulgar o plano de trabalho nesta semana após se reunir com representantes de Estados e municípios para alinhar o cronograma de audiências públicas. O emedebista considera que essa proposta tem tramitação mais simples que os outros projetos da reforma e que será aprovado ainda no primeiro semestre de 2025.

"O básico desse projeto é exatamente isso: a questão da segurança jurídica e do contencioso, a questão administrativa e ITCMD e ITBI. É um projeto mais simples", declarou Braga. O relator garantiu que irá trabalhar para que "jabutis", que são temas estranhos a propostas, entrem no parecer. "Comigo não tem

[jabuti]."

Os demais projetos que regulamentam a **reforma tributária** do consumo deverão ser enviados pelo governo ao longo deste ano, mas a estratégia ainda está sendo traçada pelo Ministério da Fazenda com a Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República.

No caso da reforma da renda, o governo não pretende enviar mais nenhuma proposta ao Legislativo - com isso, mudanças no Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) não devem ser tratadas até 2026.

Site: <https://valor.globo.com/brasil/rumos-2025/noticia/2025/04/01/reforma-do-ir-e-consignado-sao-pautas-prioritarias-do-governo.ghml>

Relatório dos EUA acusa Brasil de adotar tarifas altas a produtos do país

AP, COM THAIS PORSCH e CECÍLIA MAYRINK, DO E-INVESTIDOR

Às vésperas do anúncio de um conjunto de tarifas prometido pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump - esperado para amanhã e batizado por ele de "Dia da Libertação" -, um documento publicado ontem pelo Escritório do Representante Comercial dos EUA (USTR, na sigla em inglês) acusa o Brasil e outros países de imporem numerosas barreiras e tarifas contra produtos americanos.

O relatório de 397 páginas afirma que o Brasil impõe tarifas relativamente altas sobre as importações em uma ampla gama de setores, incluindo automóveis, peças automotivas, tecnologia da informação e eletrônicos, produtos químicos, plásticos, maquinário industrial, aço, têxteis e vestuário.

A falta de previsibilidade em relação às alíquotas tarifárias também é apontada no texto como uma dificuldade para os exportadores dos EUA preverem os custos de fazer negócios no Brasil.

"Embora o Brasil tenha tomado medidas para tornar seu mercado de compras mais transparente, as restrições e preferências domésticas permanecem", declara o documento. Segundo o USTR, o País também exige que os contratos de aquisição, especialmente nos setores de saúde e defesa, contenham requisitos de compensação para fornecedores estrangeiros.

Em meio às incertezas das medidas que Trump deve anunciar amanhã, as Bolsas caíram ontem ao redor do mundo. No Brasil, o Ibovespa, principal índice da B3, fechou em queda de 1,25%, aos 130.259 pontos.

Nos EUA, a Nasdaq caiu 0,14%.

Em Londres, o FTSE 100 recuou 0,88%, enquanto o DAX, de Frankfurt, recuou 1,33%, e o CAC 40, de Paris, perdeu 1,58%.

As exceções foram Dow Jones (alta de 1%) e S P 500 (+0,55%), que começaram o dia em baixa mas se recuperaram no fim do pregão, após os presidentes do Federal Reserve (Fed, o banco central americano) de Nova York, John Williams, e de Richmond, Tom Barkin, declararem que os EUA não estão em situação

de estagflação.

Os temores de uma guerra comercial mais ampla elevam a aversão ao risco. "As tarifas, se impostas na magnitude que ele (Trump) está ameaçando, ocasionariam uma forte desaceleração global", avalia Marcelo Vieira, diretor da mesa de renda variável da Ville Capital.

Os detalhes da próxima rodada de **impostos** de importação de Trump ainda são imprecisos, mas a maioria das análises econômicas diz que a média das famílias americanas teria de absorver o custo de suas tarifas na forma de preços mais altos e renda mais baixa.

Trump quer anunciar **impostos** de importação, incluindo tarifas "recíprocas" que corresponderiam às taxas cobradas por outros países e levariam em conta outros subsídios. Ele falou em taxar a União Europeia, a Coreia do Sul, o Brasil e a Índia, entre outros países.

Ao anunciar 25% de tarifas sobre automóveis na semana passada, Trump alegou que os EUA foram enganados porque importam mais mercadorias do que exportam.

"Este é o início do Dia da Libertação nos Estados Unidos", disse. "Vamos cobrar dos países que estão fazendo negócios em nosso país e tirando nossos empregos, tirando nossa riqueza, tirando muitas coisas que eles têm tirado ao longo dos anos. Eles tiraram muito de nosso país, amigos e inimigos.

E, francamente, os amigos têm sido, muitas vezes, muito piores do que os inimigos." Em uma entrevista no sábado à NBC News, Trump disse que não se incomodaria se as tarifas fizessem com que os preços dos veículos aumentassem, pois os automóveis com mais conteúdo americano poderiam ter preços mais competitivos.

"Espero que eles aumentem seus preços, porque, se isso acontecer, as pessoas comprarão carros fabricados nos EUA", disse.

O presidente republicano propôs uma tarifa de 25% sobre qualquer país que importar petróleo da Venezuela, embora os EUA também o façam.

As importações da China estão sendo cobradas com um imposto adicional de 20% devido ao seu papel na produção de fentanil.

Trump impôs tarifas separadas sobre produtos do Canadá e do México pelo motivo declarado de impedir o contrabando de drogas e a imigração ilegal.

Ele também ampliou suas tarifas de 2018 sobre aço e alumínio para 25% sobre todas as importações.

Alguns assessores sugerem que as tarifas são ferramentas de negociação sobre comércio e segurança nas fronteiras; outros dizem que as receitas ajudarão a reduzir o déficit orçamentário federal. O secretário de Comércio, Howard Lutnick, diz que elas forçarão outras nações a mostrar "respeito" a Trump.

REPASSE. De acordo com a maioria dos economistas, as tarifas seriam repassadas aos consumidores na forma de preços mais altos para automóveis, mantimentos, moradia e outros bens. Os lucros das empresas poderiam ser menores e o crescimento, mais lento. Trump afirma que mais empresas abririam fábricas para evitar os impostos, embora esse processo possa levar três anos ou mais.

O economista Art Laffer estima que as tarifas sobre automóveis, se totalmente implementadas, poderiam aumentar os custos por veículo em US\$ 4.711 (R\$ 27 mil), embora ele tenha dito que considera Trump um negociador inteligente e experiente. O banco de investimentos Goldman Sachs estima que a economia crescerá neste trimestre a uma taxa anual de apenas 0,6%, abaixo da taxa de 2,4% registrada no final do ano passado.

O prefeito Andrew Ginther, de Columbus, Ohio, disse na sexta-feira passada que as tarifas poderiam aumentar o custo médio de uma casa em US\$ 21 mil (R\$ 120 mil), tornando a acessibilidade mais um obstáculo, pois os materiais de construção custariam mais.

"As tarifas, se impostas na magnitude que ele (Trump) está ameaçando, ocasionariam uma forte desaceleração global"

Marcelo Vieira Diretor da Ville Capital

"Espero que eles (fabricantes de carros importados) aumentem seus preços, porque, se isso acontecer, as pessoas comprarão carros fabricados nos EUA"

Donald Trump Presidente dos EUA

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

ICMS maior para importados começa a valer

A partir de hoje, dez Estados passam a aplicar uma nova alíquota de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para compras de importados online. A alíquota passará de 17% para 20% nesses locais e atingirá compras feitas em plataformas digitais internacionais.

O aumento do ICMS não é uma decisão nova: ela foi tomada após reunião do Comitê Nacional de Secretários de Fazenda, Finanças, Receita ou Tributação dos Estados e do Distrito Federal (Comsefaz) no dia 5 de dezembro do ano passado.

Aplicam a nova alíquota Acre, Alagoas, Bahia, Ceará, Minas Gerais, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte, Roraima e Sergipe. A medida afeta produtos que chegam ao País via remessas postais e que se enquadram no Regime de Tributação Simplificada (RTS).

Segundo nota do Comsefaz emitida no ano passado, o objetivo de elevação da alíquota é "alinhar o tratamento tributário aplicado às importações ao praticado para os bens comercializados no mercado interno, criando condições mais equilibradas para a produção e o comércio local".

"O objetivo é garantir a isonomia competitiva entre produtos importados e nacionais, promovendo o consumo de bens produzidos no Brasil", informa o texto divulgado pelo Comsefaz na ocasião. "Com isso, os Estados pretendem estimular o fortalecimento do setor produtivo interno e ampliar a geração de empregos, em um contexto de concorrência crescente com plataformas de comércio eletrônico transfronteiriço." A alíquota uniforme de 17% foi criada em junho de 2023, em meio à criação do programa Remessa Conforme, lançado pela **Receita Federal** com o objetivo de combater a sonegação de **tributos** nas transações de plataformas de e-commerce estrangeiras.

O motivo de apenas alguns Estados cobrarem os 20% é que a mudança depende de aval das Assembleias Legislativas de cada Estado.

O RTS é um sistema de tributação para importações cujo valor total (incluindo custo dos produtos, frete e seguro) não exceda US\$ 3 mil (R\$ 17,2 mil), aplicável tanto a pessoas físicas quanto jurídicas, segundo a **Receita Federal**.

Ele permite a tributação do Imposto de Importação,

com isenção de alguns **impostos**, como o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), e é válido para encomendas aéreas internacionais, desde que cumpram os requisitos e normas da Receita.

O motivo do impacto nas compras internacionais é que ele é a base de cálculo para o Imposto de Importação, a chamada "taxa das blusinhas". Segundo as regras, para itens com valor aduaneiro de até US\$ 50, a taxa é de 20%. Acima desse valor, sobe para 60%, com dedução fixa de US\$ 20 no valor total do imposto.

Segundo Rodrigo Giraldeoli, especialista em importação e CEO da China Gate, os mais afetados com o aumento do ICMS serão os consumidores das classes C, D e E, que são os maiores compradores de produtos importados a preços acessíveis. "Este aumento de ICMS representa mais um desafio para os consumidores brasileiros que compram produtos do exterior. Como o imposto é calculado 'por dentro', ele não incide apenas sobre o valor da compra, mas também sobre o Imposto de Importação, o que torna o impacto ainda maior. Na prática, um produto que hoje custa R\$ 600 sem **impostos** custará R\$ 1.200 com a nova regra, gerando um aumento significativo no preço final." Segundo ele, pela regra anterior o valor seria R\$ 1.156.

REFLEXOS. A Associação Brasileira de Mobilidade e Tecnologia (Amobitec), que representa empresas como Alibaba (dona da AliExpress), Shein, Amazon e nocnoc, afirma que a medida é preocupante. Segundo a associação, a imposição de um ICMS de 20% aumentará a carga tributária total para, pelo menos, 50%, podendo atingir 104% considerando a incidência da tributação federal prevista pelo Programa Remessa Conforme.

"Como resultado, haverá tendência de redução no volume de compras internacionais e provavelmente evitará a arrecadação fiscal. Os consumidores também terão impacto e ficarão sujeitos ao aumento de preços nos dez Estados que estão optando pelo ICMS de 20%", diz a associação.

Shopee e Temu também foram procuradas pela reportagem, mas não responderam até a noite de ontem.

Mais caro

Segundo especialista, um produto de R\$ 600 sem imposto pode chegar a R\$ 1.200 com nova taxa

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Em relatório, EUA atacam Brasil e outros países a dois dias do tarifaço

Assis Moreira De Genebra

Os Estados Unidos acusam o Brasil e uma série de outros países de imporem numerosas barreiras contra produtos americanos, em relatório de 397 páginas que o Escritório do Representante Comercial dos Estados Unidos (USTR) publicou nesta segunda, às vésperas do choque tarifário prometido pelo presidente Donald Trump para esta quarta-feira, 2, no que ele vem chamando de "Dia da Libertação".

Em Washington, pelo que assessores de Trump parecem ter entendido, o chefe quer realmente tarifas elevadas. E a alta tarifária poderia chegar a até 20%, atingindo praticamente todos os parceiros comerciais dos EUA. Mas eles admitem não saber sobre o plano final que Trump anunciará. Negociadores que estiveram em Washington não ficarão surpresos se a subida de alíquota chegar a 25%.

Nesse "Liberation Day", o regime de "tarifas recíprocas" poderia resultar em US\$ 600 bilhões anuais a mais de receita para os EUA, ou US\$ 6 trilhões em uma década, pelos cálculos de Peter Navarro, assessor linha-dura que tem o ouvido de Trump. A isso, se somam US\$100 bilhões anuais vindos especificamente da tarifa de 25% sobre carros estrangeiros.

Embora o Brasil argumente que tem déficit no comércio com os EUA, as quase seis páginas de queixas contra práticas brasileiras listadas pelo USTR pavimentam o terreno para a aplicação de alíquotas mais altas contra produtos brasileiros pela "reciprocidade".

O governo Trump aponta no documento que o Brasil "impõe tarifas relativamente altas sobre as importações em uma ampla gama de setores, incluindo automóveis, peças automotivas, tecnologia da informação e eletrônicos, produtos químicos, plásticos, maquinário industrial, aço e têxteis e vestuário".

Reclama que, além disso, as tarifas consolidadas do Brasil são frequentemente muito mais altas do que as tarifas aplicadas, e os exportadores dos EUA enfrentam "uma incerteza significativa no mercado brasileiro porque o governo modifica frequentemente as tarifas dentro das flexibilidades do Mercosul".

Conforme o USRT, "a falta de previsibilidade com relação às alíquotas tarifárias torna difícil para os exportadores dos EUA preverem os custos de fazer negócios no Brasil".

O relatório "Estimativa Nacional de Comércio (NTE) de 2025" foi enviado a Trump e ao Congresso. "Nenhum presidente americano na história moderna reconheceu as barreiras comerciais externas abrangentes e prejudiciais que os exportadores americanos enfrentam mais do que o presidente Trump", disse Jamieson Greer, o chefe do USTR em **comunicado**.

"Sob sua liderança, esta administração está trabalhando diligentemente para lidar com essas práticas injustas e não recíprocas, ajudando a restaurar a justiça e a colocar as empresas e os trabalhadores americanos esforçados em primeiro lugar no mercado global." O USTR nota que barreiras comerciais escapam a definições fixas, mas podem ser amplamente definidas como leis, regulamentações, políticas ou práticas governamentais - incluindo políticas e práticas não mercantis - que distorcem ou prejudicam a concorrência leal. Isso inclui medidas que protegem bens e serviços nacionais da concorrência estrangeira, estimulam artificialmente as exportações de bens e serviços nacionais específicos ou deixam de fornecer proteção adequada e eficaz dos direitos de propriedade intelectual.

Nas páginas dedicadas ao Brasil, os EUA apontam como primeira barreira justamente ao etanol. Alegam que entre 2011 e 2017 o comércio bilateral do produto era praticamente livre de alíquotas de importação.

Mas depois o Brasil passou a taxar, primeiro em 20%, depois estabeleceu cota, que reduziu o "robusto" comércio, e em 2018 estabeleceu a tarifa em 18%.

"Os Estados Unidos continuam a se engajar com o Brasil para reduzir sua tarifa de etanol e oferecer tratamento recíproco para o comércio de etanol entre os Estados Unidos e o Brasil", diz o documento.

Há outras queixas. Uma delas, relacionada ao Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) ad valorem de 16,25% sobre a cachaça, ao mesmo tempo em que impõe um IPI ad valorem de 19,5% sobre outras bebidas alcoólicas, inclusive importações dos Estados

Unidos.

O texto reclama que nos serviços audiovisuais o Brasil impõe vários **impostos** sobre produtos estrangeiros.

Também faz queixa de que as remessas para produtores estrangeiros de obras audiovisuais estão sujeitas a um imposto de renda retido na fonte de 25%.

O Brasil também restringe a entrada de certos tipos de produtos remanufaturados, como equipamentos de terraplenagem, peças automotivas e equipamentos médicos.

Com algumas exceções, o Brasil geralmente proíbe a importação de bens de consumo usados.

Há ainda queixa sobre licenças de importação automáticas e não automáticas, exigências inconsistentes de documentação para a importação de determinados tipos de mercadorias, como equipamentos pesados, regulamentações sobre biocombustíveis, barreiras sanitárias e fitossanitárias e empecilhos nas compras governamentais de empresas estrangeiras.

O texto também questiona o respeito brasileiro à propriedade intelectual e problemas relacionados ao combate à pirataria e barreiras à aquisição de serviços e ao comércio digital.

Tentativa de diálogo Os contatos entre o Brasil e os EUA continuam. Havia um telefonema previsto para esta segunda-feira, 31, entre o ministro das Relações Mauro Vieira e o chefe do USTR, Jamieson Greer. A ligação era vista mais como uma sequência dessas tratativas, mas não se esperava nada bombástico. As partes não divulgaram nenhum **comunicado** sobre o teor da conversa nem se ela de fato ocorreu.

Como o Valor publicou no sábado, 29, no meio das incertezas em Washington, as indicações americanas apontavam para alguns pontos envolvendo o Brasil.

O país muito dificilmente escapará de sofrer novas alíquotas.

Trump, e não só ele em Washington, está obcecado com a tarifa de importação de etanol no Brasil, de 18% comparado a 2,5% nos EUA.

Quando ele anunciou a ordem executiva para preparar tarifas de reciprocidade, o primeiro país citado foi o Brasil e o produto foi o etanol.

Nesta quarta-feira, 2, não haveria exceção no caso do aço - ou seja, pelo menos no início não haveria sequer

as cotas pedidas pelos Brasil.

Não se sabe ainda se haverá exceção para as outras tarifas ditas recíprocas.

Há seis dias, Trump falou que não queria "exceções demais" no pacote - mas ele sempre pode mudar de ideia na última hora.

Uma barganha entre as tarifas de etanol no Brasil e cota para aço semiacabado nos EUA continuará no radar em Brasília e Washington no após 2 de abril.

Países podem retomar a negociação sobre etanol após a taxaço do dia 2

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188154?page=1§ion=1>

Começa ICMS sobre sites estrangeiros

Dez Estados começam nesta terça-feira, 1º, a cobrar ICMS sobre compras em sites estrangeiros pelo Regime de Tributação Simplificada de 17% para 20%.

O aumento é parte de um acordo fechado no ano passado pelos secretários estaduais de Fazenda.

Os demais Estados e o Distrito Federal ainda não sinalizaram, no entanto, se vão implementar a mudança e, se decidirem elevar o tributo, a nova alíquota só poderá entrar em vigor em 2026.

O aumento do tributo já está definido em Minas Gerais, Acre, Amapá e sete Estados do Nordeste.

As exceções na região são Maranhão e Pernambuco.

Nesses dois Estados e também no Rio de Janeiro, Tocantins e Distrito Federal a mudança depende de um decreto dos governadores.

São locais em que a lei já permite alíquotas de pelo menos 20% para os produtos em geral.

Nos outros 12 Estados, incluindo São Paulo, o aumento só pode ser feito por meio de projeto de lei aprovada nas suas assembleias legislativas. Nesses locais, o percentual aplicado aos produtos em geral é inferior aos 20%, e as exceções precisam do aval dos deputados estaduais.

Qualquer aumento proposto em 2025, seja por edição de decreto, seja por aprovação de lei, só pode entrar em vigor a partir de janeiro do ano que vem, devido à regra da anualidade para elevação de **impostos**.

Os dez Estados que vão elevar o tributo em abril deste ano aprovaram a mudança em dezembro de 2024 e precisaram respeitar também o período de 90 dias para aplicar a nova alíquota.

Em junho de 2023, os governadores decidiram unificar em 17% o ICMS nas compras em sites estrangeiros, que passaram a seguir as regras de tributação do programa Remessa Conforme, considerando a menor alíquota vigente na época entre as unidades federativas.

Em dezembro do ano passado, o Comsefaz, comitê de secretários de Fazenda, aprovou um acordo que permite elevar o tributo a 20%, atendendo a uma demanda do varejo nacional. Como se trata de uma autorização para definir a alíquota, a aplicação do que

foi combinado depende de cada governador.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188154?page=1§ion=1>

Farmácias já aplicam reajuste de remédios

» **RAPHAEL PATI**

Decreto publicado ontem no Diário Oficial da União (DOU) detalha o aumento dos medicamentos, que vale a partir de hoje nas farmácias de todo o Brasil.

O reajuste é o menor desde 2018 e fica abaixo da **inflação** acumulada dos últimos 12 meses, que foi de 5,06%, de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

O ajuste autorizado pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (Cmed) estabelece três níveis máximos, ou "tetos", que devem ser aplicados a diferentes grupos de medicamentos, de acordo com o grau de concorrência no mercado. No Nível 1, que integra medicamentos de maior procura, como analgésicos, remédios para a diabetes e anti-inflamatórios, o reajuste foi de 5,06%, equivalente à **inflação** acumulada. Já no Nível 2, com medicamentos de média concorrência, o reajuste foi de 3,83%, enquanto no Nível 3, para medicamentos de pouca ou nenhuma concorrência, o aumento foi de 2,60%.

De acordo com o órgão, a medida visa proteger os consumidores de aumentos abusivos, além de compensar eventuais perdas ao setor farmacêutico. Apesar do aumento de pouco mais de 5% no teto de preços, o presidente-executivo do Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos (Sindusfarma), Nelson Mussolini, afirma que os medicamentos do Nível 1 serão poucos afetados, visto que a maioria deles já possuem uma série de descontos, por exemplo, pelo programa Farmácia Popular.

"Um alerta que a gente faz é que é sempre bom pesquisar. Às vezes uma farmácia tem um estoque maior do que a outra, então pode oferecer um desconto melhor.

Além disso, procurar sempre um médico, para que ele diga se pode trocar o produto, se tem algum grande problema em trocar esse produto, por exemplo. Em terceiro lugar, que deve ser sempre visto, ter conhecimento se o produto que o médico lhe forneceu está na Farmácia Popular", alerta Mussolini.

É importante destacar que os preços dos medicamentos no Brasil são regulados por força de lei, de acordo com um modelo que estabelece o preço máximo que pode ser cobrado por cada produto. Os estabelecimentos não têm autorização para vender o

medicamento por um preço maior ao que é considerado o seu preço máximo, apesar de ser comum os consumidores comprarem com descontos.

"A gente faz outro alerta: produto de tarja vermelha só deve ser comprado com uma receita do profissional de saúde, seja médico ou dentista. Esses dois são os profissionais de saúde habilitados a fazer uma prescrição médica e, com essa prescrição, você pode ter adesão a programas das empresas e também pode ter produtos na Farmácia Popular em que você adquire de graça esses produtos", complementa o presidente.

Cidadania Já a advogada especialista em Saúde Rebecca Paranaguá, explica que o reajuste de preço não pode ser visto apenas sob a ótica de mercado, mas como uma questão de garantia de acesso. "Até porque em casos de impossibilidade econômica pelo cidadão hipossuficiente, o Estado pode ser judicialmente compelido - via ações judiciais de fornecimento de medicamentos - a arcar com custos de tratamentos, incluindo medicamentos reajustados", destaca.

Dessa forma, ainda que o reajuste possa ser considerado "baixo", a advogada explica que representa uma dificuldade adicional para várias famílias brasileiras, especialmente aquelas fora de planos de saúde ou do sistema de copagamento, no qual parte do valor cobrado ao consumidor é pago pelo próprio Ministério da Saúde. Por outro lado, ela ainda destaca que o reajuste autorizado está abaixo dos custos operacionais reais de diversas indústrias farmacêuticas.

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2025/04/01/all.pdf>

Hora e a vez do equacionamento previdenciário - RAUL VELLOSO

RAUL VELLOSO

Se considerarmos os gráficos no arquivo que pode ser solicitado por e-mail a raulveloso45@ gmail.com, contendo as linhas de tendência (ou as médias móveis dos últimos 10 anos desde 1989) das taxas reais de crescimento dos investimentos públicos em infraestrutura, entre outras variáveis críticas, ver-se-á, claramente, ter havido, por volta de 2014, uma brusca ruptura do padrão de comportamento que prevalecera, desde o final dos anos oitenta, em certas variáveis das nossas contas públicas.

Na primeira fase, ou seja, 1989-2014, a taxa média real de crescimento daquele tipo de investimento se situara ao redor de 5,3% a.a. Já na fase seguinte, que se estendeu de 2015 até 2022, passada quase uma década, o quadro mudou drasticamente, pois a taxa média relativa àqueles investimentos mais do que zerou, tendo sido de -0,2% a.a. Enquanto isso, a taxa média de crescimento do **PIB** desabava de 2,8 para 1,3% a.a. entre aqueles mesmos subperíodos, mostrando uma queda parecida com a dos investimentos. Ou seja, foi-se o investimento em infraestrutura e com ele o crescimento do **PIB**.

Quanto aos anos que se seguirão a partir de 2022, fica a grande dúvida sobre o que tenderá a ocorrer em matéria de investimento em infraestrutura e crescimento do **PIB**, ou até que ponto se repetirá o padrão de comportamento precedente em nosso país.

Sem aprofundar o diagnóstico sobre o que deve ter ocorrido na fase precedente acima salientada, muitos devem estar esperando que, a exemplo do que deverá ocorrer no dia a dia de muitas economias bem comportadas em termos mundiais, o crescimento do **PIB** brasileiro venha se situar ao redor de números ou taxas de crescimento minimamente razoáveis.

Já se adotarmos o lado pessimista, por vários fatores, talvez não seja isso que tenderemos a testemunhar à frente, pois o crescimento do **PIB** a taxas minimamente razoáveis deveria requerer uma expansão igualmente notável das inversões públicas e/ou privadas em infraestrutura, algo que não tem acontecido, conforme se poderia, caso ele fosse acessado, perceber no mesmo gráfico, onde se veria que, desde 1997, e do lado privado, as taxas de crescimento só caem.

Na verdade, na raiz de tudo o "x" da questão se refere à desabada dos investimentos públicos em infraestrutura, em contraposição à veloz subida do peso dos gastos previdenciários e assistenciais, especialmente na União, onde acabaram liderando o processo respectivo, e onde alcançaram cerca de 70% do gasto total primário, ante algo ao redor de 23% por volta de 1987. Chocante, não é mesmo?

E deve-se registrar que tal fenômeno tem tudo a ver com a explosão da taxa de crescimento do número de idosos (população acima de 65 anos) em nosso país, frente ao que ocorre com a parcela que contribui, ou seja, a que se situa entre 15 e 65 anos, a chamada população em idade ativa.

A saída para enfrentar essa muito difícil situação (ou seja, para abrir espaço para os tão ansiados investimentos) é nada simples e costuma ser chamada de "equacionamento previdenciário", algo que se pode traduzir como busca da zeragem do passivo atuarial (que é a soma do valor presente de todos os deficits anuais em várias décadas à frente) dos entes em causa, mediante reformas de regras, aportes de ativos (leiasse: capitalização), ou o que seja, sem o que os novos e preciosos empregos que se desejam jamais serão criados.

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2025/04/01/all.pdf>

Incerteza externa domina reunião do BC com economistas

CÍCERO COTRIM

A incerteza sobre o cenário externo - motivada pelas tarifas do presidente Donald Trump, dos EUA - dominou a reunião entre economistas e diretores do Banco Central ontem.

Participantes do encontro relataram ao Estadão/Broadcast, sob a condição de anonimato, que o debate acerca dos impactos das tarifas tomou a maior parte do tempo. O único consenso dos economistas, disseram esses participantes, é que a incerteza aumentou e que ainda não é possível cravar qual será o efeito do tarifaço.

Em linhas gerais, a avaliação dos analistas é que a mudança na política comercial americana vai levar a uma desaceleração da economia do país e, conseqüentemente, a um cenário de juros mais baixos. Isso, teoricamente, seria positivo para o real - mas o aumento da aversão ao risco pode enfraquecer a moeda brasileira e pressionar o IPCA.

O debate ecoa os dois riscos decorrentes dos EUA para a inflação brasileira detalhados pelo Banco Central no Relatório de Política Monetária (RPM) da semana passada. Na entrevista à imprensa para comentar o documento, o diretor de Política Econômica do BC, Diogo Guillen, disse que os riscos não são excludentes.

Sobre o cenário doméstico, a maioria dos analistas concluiu que o crescimento da economia deve ser maior do que se esperava este ano, devido a medidas como o novo consignado privado. Esse quadro acaba implicando uma inflação alta por mais tempo, exigindo que o BC mantenha os juros em nível restritivo.

O cenário de juro alto por mais tempo não deve ter impacto relevante para as grandes empresas, que estão capitalizadas.

Mas pode resultar em uma consolidação do mercado, já que pequenas e médias empresas têm menos estofo para evitar os efeitos.

A maioria das projeções para o crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) de 2025 ficou entre 1,8% e 2,3%, enquanto as estimativas para a inflação estiveram entre 5% e 6%.

Para a Selic, os economistas esperam um nível de 15% a 15,5% no fim do ciclo. Atualmente, a taxa básica está em 14,25% ao ano, e o BC já indicou que fará uma nova elevação, menor do que 1 ponto porcentual, em maio.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

COTA DE EXPORTAÇÕES DOS EUA É ESTUDADA, RECONHECE ALCKMIN

O governo brasileiro avalia adotar uma cota de exportação para os Estados Unidos caso as atuais negociações para reverter medidas protecionistas impostas por Donald Trump, como a recente taxa de 25% das exportações brasileiras de aço e alumínio para os EUA, não sejam bem-sucedidas. A declaração foi feita pelo vice-presidente da República e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, durante sua participação no evento Rumos 2025, realizado pelo Valor no dia 24 de março em São Paulo.

Alckmin, para quem a economia dará o tom da campanha para eleição presidencial de 2026, defendeu a exclusão de alimentos e da cotação do barril de petróleo do cálculo da **inflação** brasileira, a exemplo do que faz o Federal Reserve, banco central dos Estados Unidos. O vice-presidente acrescentou que a segurança em São Paulo, estado que já governou de 2001 a 2006 e de 2011 a 2018, pode "melhorar muito" e apoiou a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de aumentar a competência dos municípios nessa área.

O protagonismo mundial do país na segurança alimentar, energética e climática foi ressaltado pelo ministro do Desenvolvimento. Sobretudo neste momento em que o Brasil, que abriga a maior floresta tropical do mundo, mudou a postura em relação ao meio ambiente em comparação com a que havia sido adotada pelo governo Bolsonaro.

- Queremos desmata-mento ilegal zero e recompor parte da Floresta Amazônica - reforçou o vice-presidente, enfatizando o otimismo do governo com o ingresso de investimentos em data centers, hidrogênio verde, combustível sustentável de aviação e com o avanço do país em questões regulatórias.

O ministro classificou de lamentável a decisão dos Estados Unidos de sair do Acordo de Paris, adotado em 2015 para combater os efeitos das mudanças climáticas. Alckmin aproveitou para lembrar que, na área ambiental, o Brasil tem potencial competitivo na transição energética. A matriz elétrica quase 90% renovável, com geração hidrelétrica, solar, eólica e de biomassa, deve ser considerada exemplo global, ressaltou o ministro.

- Estamos otimistas em defender o multilateralismo. A

COP é desafiante, mas pode ser uma mudança importante - afirmou Alckmin, em relação à 30ª edição da conferência mundial do clima que será realizada em novembro em Belém.

"GANHA-GANHA"

Os efeitos do início da administração Trump também foram abordados na área do comércio exterior. Ao comentar o aumento do protecionismo americano, o ministro defendeu um modelo que permita maior reciprocidade entre os dois países. Alckmin ressaltou que o Brasil está longe de ser um problema para os EUA, uma vez que o superávit americano com o país chega a US\$ 25 bilhões, e a tarifa média brasileira sobre produtos americanos é de 2,7%.

- Defendemos o ganha-ganha. Devemos aproveitar as oportunidades para melhorar e ampliar nosso comércio exterior. Os Estados Unidos também são importantes para o Brasil, porque são o país para quem vendemos mais produtos de valor agregado: avião, automóvel, equipamentos. Nosso empenho é avançar nas negociações. Vamos aguardar o 2 de abril, quando o governo dos EUA anunciará novas medidas -disse o vice-presidente em referência ao dia de amanhã, marcado por Trump como "da libertação americana", em que pretende anunciar mais tarifas protecionistas no comércio com outros países.

Ao tratar da **inflação** no Brasil, Alckmin observou que taxa de juro elevada, como a atual Selic em 14,25%, "atrapalha a economia, porque torna muito caro o custo de capital", e citou o processo de tomada de decisões do Fed como um parâmetro que poderia ser seguido no Brasil.

- O exemplo americano retira do cálculo do índice a variação de preço dos alimentos, porque alimento é muito clima. Se tenho seca forte, vai subir o preço e não adianta aumentar juros porque não vai fazer chover, só vou prejudicar a economia e aumentar a dívida pública. Também retiram do cálculo a energia. Não adianta aumentar juros porque não vai baixar o preço do petróleo, porque é uma questão geo-política - detalhou. - Acho inteligente aumentar os juros naquilo que pode ter efetividade na redução da **inflação**, que é essencial

- disse o ministro do Desenvolvimento, citando as

dimensões do impacto da Taxa Selic sobre a dívida pública interna.

Em sua última reunião, o Comitê de Política Monetária (Copom) aumentou a taxa básica em um ponto percentual, e cada um ponto, segundo o vice-presidente, onera a dívida pública em aproximadamente R\$ 48 bilhões.

-A **inflação** não é neutra, atinge muito mais o assalariado. Entendo que é uma medida que deve ser estudada pelo Banco Central brasileiro - afirmou o vice, em referência à exclusão de mudanças de preços dos alimentos e da energia para a definição da Selic.

Ainda sobre a atual pressão inflacionária e a possibilidade de adoção de medidas mais radicais para conter o aumento de preços, como chegou a cogitar o governo, Alckmin mencionou melhoras no cenário econômico. Para exemplificar, citou a recente queda do dólar e a expansão da safra de quase 10%, que, além de vir a atingir novo recorde, deve ganhar relevância no resultado do **PIB** este ano.

- Estamos mais otimistas: o clima melhorou, há expectativa este ano de crescimento da safra de quase 10%. Se no ano passado a indústria ajudou a elevar o **PIB**, este ano a agricultura vai dar um empurrão.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

PREVISÕES SÃO DE DESACELERAÇÃO DO PIB EM 2025

Após quatro anos de surpresas positivas no **PIB**, economistas esperam um 2025 de desaceleração, com um primeiro semestre mais forte e o segundo mais fraco.

O crescimento deve ser puxado pela demanda doméstica, como em 2024. Mas a demanda externa volta a ser uma influência positiva, tal qual em 2023. Novamente, o motivo é a agropecuária, com mais uma safra recorde após o recuo da produção no ano passado.

Na mediana, projeção do mercado está em 2%. Mas os extremos se distanciam.

Levantamento feito pelo Valor mostra o intervalo das previsões entre 1,3% (UBS BB) e 2,8% (Vitor Vidal Consulting).

Motivada pela pressão inflacionária, a taxa de juros elevada e ainda em trajetória de alta, segundo as expectativas, deve comprometer principalmente os investimentos. A alta em 2024 foi de 7,3%, a maior desde os 12,9% de 2021, no retorno após o tombo do primeiro ano da pandemia. O impacto dos juros se dará também no consumo das famílias, que deverão ser impactadas pelo crédito mais caro e estímulos fiscais menores.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

CONSENSO SOBRE NECESSIDADE DE AJUSTE DE GASTOS

A necessidade de um ajuste fiscal mais efetivo para reduzir a dívida pública, a Taxa Selic e a inflação foi consenso entre economistas que participaram do seminário Rumos 2025, apesar de reconhecerem a importância do arcabouço fiscal do governo instituído em 2024. A urgência da medida foi ressaltada para que a economia brasileira projete um futuro mais claro para atrair investimentos, alertaram os debatedores.

Ex-secretário do Tesouro e hoje economista-chefe do BTG Pactual, Mansueto Almeida alertou para a expansão da dívida pública, hoje em 76,5% do PIB, mas com previsão de atingir 83% no fim de 2026. A queda equivalente a 0,4% do PIB do déficit primário, obtida pela equipe econômica, embora Biopositiva, não reduz o desafio, com o crescimento da curva de juros no curto e longo prazo que pressiona o serviço da dívida.

- Não se sabe quando a dívida brasileira vai parar de crescer. Reconhecemos o enorme esforço do governo de fazer o ajuste, mas o arcabouço fiscal criado, com crescimento real da despesa, não é suficiente para que se consiga enxergar em qual ano a dívida pública vai parar de crescer. Sem isso, a chance de recuperar grau de investimento é praticamente zero -analisou.

A estabilidade da dívida é insuficiente, para Arminio Fraga, ex-presidente do Banco Central e fundador da Gávea Investimentos: ela precisa cair. Para Arminio, não é possível pagar uma taxa real de 7% para títulos de vencimento de 30 anos e o recuo da dívida exige corte nos gastos da Previdência, na folha de pagamentos do Estado (que, somada aos custos da Previdência, atinge 80% dos gastos públicos) e nos chamados gastos tributários, subsídios que somam 7% do PIB.

- Se cada uma dessas áreas pudesse contribuir com dois pontos do PIB por alguns anos, o que é plausível, mudaria a cara do Brasil. Em relação às contas que interessam, que são essas três, não estamos fazendo nada -afirmou o ex-presidente do BC, para quem uma proposta de ajuste fiscal "mais ousada e quantitativamente relevante" geraria respostas positivas e não efeitos recessivos. - Em 1999, fizemos um ajuste fiscal de quatro pontos do PIB em um ano em que, no início, as expectativas eram de

crescimento. Depois, foi feita uma expansão fiscal de 4 a 5 pontos do PIB, e o resultado foi que o PIB caiu.

Mansueto apoiou a ideia de que um ajuste fiscal duro traz efeitos imediatos, porque um plano coerente que projete queda da dívida antecipa os efeitos positivos das medidas.

- Mesmo com déficits primários elevados, se houver credibilidade, o custo da dívida despenca. Eu iria, sim, recalcular minhas projeções de crescimento (com um ajuste fiscal) - disse o economista-chefe do BTG Pactual, segundo o qual, este ano, a expansão do PIB ficará entre 1,5% e 2%.

INSTITUCIONALIDADE

Sócia-diretora da Gibraltar Consulting e ex-secretária de Desenvolvimento de São Paulo, a colunista do GLOBO Zeina Latif ressaltou que o arcabouço sofre de uma questão de difícil solução, que é a institucionalidade brasileira. Apesar de instituir teto para despesa, de crescimento real de 2,5%, tal limite fica ameaçado devido ao que chamou de institucionalidade fraca.

- Vemos despesas sendo criadas (por grupos organizados) e o silêncio do Tribunal de Contas -apontou.

A rigidez orçamentária deixa pouco espaço para investimentos, que em 2025 devem ficar entre US\$ 70 bilhões e US\$ 80 bilhões, enfatizou o ex-ministro da Fazenda Pedro Malan. Como no Brasil mais de 90% da despesa não financeira da União é obrigatória, e grande parte das despesas discricionárias segue regras predefinidas, sobram menos de 9% para todos os outros gastos, que incluem investimentos e emendas parlamentares, hoje superiores a R\$ 50 bilhões, detalhou.

Para Malan, "é muito difícil" imaginar que um país possa ter crescimento sustentável com uma taxa de investimento de 17% ao ano, como o caso do Brasil. Na maioria das nações da América Latina, a taxa supera os 20%; na China, gira em torno de 40%; e na Índia é maior que 30%, comparou.

"INEXORÁVEL"

queda da economia de 4%. Com o ajuste fiscal, houve

Questionado sobre a tese do economista Barry

Eichen-green, professor da Universidade da Califórnia, de que o risco de crises fiscais nas eleições aumenta em função da polarização, Malan insistiu que é "desejável e inexorável" fazer um ajuste mais efetivo.

-A História não registra nenhum país no mundo que tenha enriquecido depois de ter envelhecido, e estamos envelhecendo em uma velocidade assustadora - acrescentou o ex-ministro, destacando que os efeitos dos gastos desse fenômeno sobre as contas públicas vão ficar evidentes em duas décadas.
- Temos que começar já a olhar questões de longo prazo e como poderemos superar a armadilha da renda média.

O ex-ministro da Fazenda durante o governo Fernando Henrique Cardoso ressaltou que há uma visão arraigada mas errada na sociedade brasileira de que o gasto público tem efeito multiplicador sobre renda e emprego, atuando como motor do crescimento:

- Não é. O verdadeiro motor do crescimento é o progresso técnico e a inovação, o aumento de produtividade e do investimento em educação.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

DESAFIOS DE CURTO PRAZO COM INFLAÇÃO

Choques de oferta, repasses cambiais, economia superaquecida e expectativas desancoradas são os principais desafios de curto prazo da formação de preços no Brasil, segundo especialistas. Eles apontam que, se o país quiser um quadro inflacionário menos volátil, vai precisar resolver seus problemas fiscal e de baixa produtividade.

-Vemos a **inflação** acelerando este ano ante os 4,8% de 2024 e acomodando no ano que vem, mas ainda fica bem acima do centro da meta. É bastante alta-avisa Bruno Balassiano, economista do BTG Pactual.

Os preços da alimentação nos domicílios, que têm preocupado a população e o governo federal pelo efeito na popularidade do presidente Lula, devem aumentar 7,3% em 2025, estima o BTG, após alta de 8,2% em 2024. São influenciados por fatores como o clima e ciclos longos de produção. Mas também pesa sobre os alimentos neste ano o repasse da alta do dólar em algumas commodities, aponta Balassiano.

O economista do BTG acrescenta que não há espaço ocioso na economia brasileira, o que também gera **inflação**. Soma-se a isso a desancoragem das expectativas sobre os preços.

-Se as empresas esperam uma **inflação** mais alta, elas acabam embutindo isso no seu planejamento - afirma Balassiano, lembrando que manejar a **inflação** na meta é mais fácil para o Banco Central quando as expectativas estão ancoradas.

Diante desse cenário, o juro de um ano já está acima de 10,5% real, observa José Carlos Carvalho, chefe do Departamento Econômico e Data Science da Vinci Compass. Tradicionalmente, ele via 8%, 8,5% e é "onde consegue quebrar a espinha da **inflação**", afirma. Desta vez,

os juros precisaram ir além porque a política fiscal jogou contra a monetária, embora o cenário tenha se revertido recentemente.

-Até o meio do ano passado, cada motor da economia estava em uma direção. Agora, acho que a política monetária, que ficou mascarada durante um tempo por causa da contraposição da política fiscal, vai fazer muito impacto na economia-prevê.

Economista de **inflação** e commodities da BGC Liquidez, Carlos Thadeu de Freitas projeta um cenário "bem pessimista" para o IPCA, com 7% em 2025 e 5,6% em 2026. Ele reconhece que o quadro "pode até ficar mais construtivo", mas há uma dinâmica capaz de impedir os efeitos benéficos de uma eventual desaceleração da atividade econômica.

-O governo vai interpretar o real apreciando como um cartão verde para gastar, como já está fazendo com a isenção do Imposto de Renda e o crédito consignado privado. O governo vai usar todo esse espaço para gastar mais -adverte.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Estados e municípios são os novos vilões do descontrole fiscal - LUIZ SCHYMURA

LUIZ SCHYMURA

Luiz Schymura é pesquisador do FGV Ibre e escreve mensalmente

E-mail luiz.schymura@fgv.br

O acompanhamento das contas públicas nacionais tem virado tema rotineiro na pauta de economia dos principais veículos de imprensa. A atenção ao equilíbrio fiscal estrutural é assunto recorrente também nos debates políticos. A cada novo dado divulgado, novas projeções e análises de técnicos especializados são aguardadas ansiosamente para que se tenha um novo norte da solidez fiscal do país. O que se constata é o governo federal contendo gastos, enquanto Estados e municípios aumentam suas despesas. Com isso, apesar de a arrecadação estar crescendo, a fragilidade fiscal não cede.

Como veremos adiante, a elevação dos dispêndios dos governos subnacionais é, na verdade, a grande responsável pelo preocupante crescimento da despesa primária pública, com o agravante de trazer grandes problemas também para a gestão fiscal no futuro.

Vamos às evidências. Para começar, tomando por base o levantamento realizado por meu colega Bráulio Borges, os gastos primários trimestrais do governo federal nos últimos dez anos (dessazonalizados e deflacionados pelo deflator do **PIB**; a base é último trimestre de 2024) têm girado, em média, em torno de R\$ 473 bilhões (extraindo-se do cálculo os dois trimestres nos quais a pandemia da covid teve seu período mais crítico no ano de 2020, resultando em gastos extraordinários do governo federal). No dado referente ao quarto trimestre de 2024, divulgado na última sexta-feira, a despesa primária incorrida pelo governo federal é de R\$ 483 bilhões. Caso se mantenha o montante nesse patamar, a percepção de descontrole nos gastos primários do governo central parece por ora descartada.

Ainda em linha com as notícias favoráveis a um resultado primário fiscal satisfatório, na sexta-feira (28/3) também foi comunicada a carga tributária brasileira de 2024. O total arrecadado foi de 32,3% do **PIB**, maior montante já alcançado desde o início da série histórica iniciada há 15 anos. No caso, houve um

acréscimo de 2,06 pontos percentuais do **PIB** em relação ao valor atingido em 2023.

Diante da aparente inconsistência na conduta dos agentes econômicos frente ao "bom" comportamento dos gastos federais e das receitas públicas, meu colega Manoel Pires colocou sua poderosa lupa nas contas públicas e detectou o que ele denominou de "descentralização fiscal silenciosa". Segundo Pires, ao longo dos últimos anos, uma fatia crescente do total das receitas públicas vem caindo no caixa dos governos subnacionais. Na realidade, o aumento da arrecadação dos governos subnacionais acontece em função de mudanças legislativas que impõem a elevação das transferências de recursos da União para Estados e municípios - que ocorre via repasses para o Fundo de Participação dos Estados (FPE), o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e outros tipos de transferências federais para governos subnacionais, como royalties e participações especiais (indústria extrativa-mineral), Fundeb, Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF), auxílio a Estados e municípios, Lei Kandir e emendas Pix, dinheiro direto para a conta dos municípios.

Com o aumento da receita, Estados e municípios passaram a dispor de mais recursos. Por causa disso, segundo levantamento de Borges, ao longo dos últimos dez anos, os gastos primários trimestrais (dessazonalizados e deflacionados pelo deflator do **PIB**; a base é último trimestre de 2024) dos governos subnacionais apresentaram o seguinte desempenho: entre 2015 e 2021, ficaram gravitando em torno da média de R\$ 500 bilhões por trimestre; a partir daí, começaram a apresentar crescimento consistente, atingindo nos três últimos trimestres de 2024 o patamar trimestral de R\$ 650 bilhões. Como se vê, tem havido uma apropriação crescente do Orçamento público por Estados e municípios.

Além do impacto fiscal imediato, a descentralização fiscal traz novos obstáculos para a estabilização econômica e a gestão da política fiscal do país.

Dentre essas dificuldades, este texto se concentra em uma política pública especial: os gastos tributários (GTs).

Os GTs são políticas de incentivo fiscal aplicadas em favor de determinados grupos, sejam setores,

empresas ou pessoas, e realizadas por meio do sistema tributário. No GT, o instrumento é a renúncia fiscal, e não o gasto público. Nem toda renúncia fiscal ou perda de arrecadação é considerada GT, já que pode não se tratar de uma política pública visando beneficiar um grupo específico - isenções nas cobranças de ICMS, que dá tratamento diferenciado às empresas da região, é exemplo de GT estadual.

Os GTs têm problemas bem conhecidos como alternativa de política pública no Brasil e no mundo. Um deles é a opacidade, isto é, a falta de transparência quando comparados com as políticas públicas convencionais, cujo custo aparece no Orçamento de despesas (sempre muito detalhado); e na etapa seguinte, têm a visibilidade da execução efetiva do gasto. No caso do GT, o dinheiro nem sequer entra no Orçamento. Assim, é um tipo de política pública mais difícil de monitorar e avaliar.

Manoel Pires e Giosvaldo Teixeira Júnior fizeram um árduo e trabalhoso levantamento do montante dos GTs efetuados pelos Estados brasileiros, entre 2002 e 2024. A fatia saiu de 1% do **PIB** em 2002 para 2,4% do **PIB** em 2024.

Pires ressalta, porém, que a elevação dos GTs estaduais nesse período não é necessariamente crescimento de renúncia fiscal, mas também melhoria da metodologia de estimação. Ele observa que, no início da série, vários Estados simplesmente não tinham números e a conta não os incluía. Mesmo que os percentuais sejam expressivos, tudo leva a crer que esses montantes representem o limite inferior do real montante dos GTs.

Em suma, a descentralização fiscal é um tema que deve entrar urgentemente na pauta das Casas Legislativas. As propostas deveriam contemplar a criação de normas que melhorassem a governança da política fiscal nesse novo contexto. No caso específico dos GTs, é importante criar legislações que induzam a maior transparência e motivação para a promoção dos gastos tributários

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188154?page=1§ion=1>

Tarifas "recíprocas" de Trump serão golpe a décadas de ordem comercial

O presidente dos EUA, Donald Trump, está chamando-o de o "dia de libertação" - o dia em que o comércio mundial, enfim, começará a se reequilibrar a favor do país e que os americanos não serão mais passados para trás pelos parceiros comerciais. Para isso, Trump vai rasgar as regras que governam o comércio mundial há décadas. As tarifas "recíprocas" que ele vai anunciar amanhã, segundo confirmou ontem a Casa Branca, deverão gerar caos para os negócios globais e aumentar o conflito com os aliados e adversários dos EUA.

Internamente, os americanos aguardam com apreensão o dia 2 de abril. As tarifas generalizadas de Trump levarão o protecionismo americano a um nível sem precedentes desde a 2ª Guerra Mundial.

A expectativa das tarifas já desencadeou uma onda de vendas nos mercados acionários dos EUA, pela queda na confiança do consumidor e por sinais de alerta de institutos de pesquisa quanto à forma como Trump lida com a economia.

Em termos gerais, sua aprovação no campo econômico está em 48%, enquanto 52% o desaprovam, reflexo do ceticismo público quanto a seu desempenho em uma questão-chave que o levou à vitória na eleição de 2024.

Os anúncios de tarifas em constante mudança de Trump estão reduzindo as expectativas de investimento, um importante impulsionador do crescimento econômico, apontam pesquisas. Muitas empresas estão congelando seus planos de investimento, essa é uma das razões pelas quais os economistas estão revendo as previsões de crescimento para este ano.

O Goldman Sachs aumentou a probabilidade de uma recessão nos EUA de 20% para 35% e disse que espera mais cortes de juros pelo Federal Reserve (Fed, o banco central americano), citando as perturbações causadas pelas tarifas. O banco de investimento também reduziu a previsão de crescimento AL DRAGO/BLOOMBERG do PIB da maior economia do mundo este ano de 2,0% para 1,5%.

"É um ambiente muito, muito caótico", disse Stephen Lamar, presidente e CEO da American Apparel

Footwear Association. "É difícil planejar de qualquer forma sustentável e de longo prazo." Desde a década de 1960, tarifas - ou **impostos** de importação - surgiram de negociações entre dezenas de países. Trump quer tomar posse do processo. "Obviamente, isso interrompe a maneira como as coisas são feitas há muito tempo", disse Richard Mojica, advogado comercial da Miller Chevalier.

"Trump está jogando isso pela janela..."

Claramente isso está destruindo o comércio. Terá que haver ajustes em todo lugar." Apontando para os enormes e persistentes déficits comerciais dos EUA, Trump afirma que o jogo é assimétrico contra as empresas americanas, uma vez que outros países tributam as exportações americanas a uma taxa mais alta do que os EUA tributam as suas.

Para Trump, a solução é aumentar as tarifas dos EUA para igualar o que outros países cobram. Desde que retornou à Casa Branca, ele impôs tarifas de 20% à China, anunciou tarifas de 25% sobre carros e caminhões importados que entrará em vigor nesta quinta-feira, aumentou os **impostos** dos EUA sobre aço e alumínio estrangeiros e impôs taxas sobre alguns produtos do Canadá e do México, que ele pode expandir esta semana.

Trump rompeu com o antigo consenso de livre comércio, dizendo que a concorrência estrangeira desleal prejudicou os fabricantes americanos e devastou cidades industriais no coração dos EUA. Durante seu primeiro mandato, ele aplicou tarifas sobre aço estrangeiro, alumínio, máquinas de lavar, painéis solares e quase tudo da China. O presidente democrata Joe Biden deu continuidade às políticas protecionistas de Trump.

A Casa Branca citou vários exemplos de tarifas especialmente desequilibradas: o Brasil tributa as importações de etanol, incluindo as dos EUA, em 18%, mas a tarifa dos EUA sobre o etanol é de apenas 2,5%. Da mesma forma, a Índia tributa motocicletas estrangeiras em 100%, os EUA apenas 2,4%.

Curiosamente, as queixas de Trump contra os parceiros comerciais dos EUA ocorrem em um momento de forte crescimento da economia americana, impulsionada por fortes gastos do

consumidor e melhora na produtividade. A economia dos EUA cresceu quase 9% desde pouco antes do início da pandemia de covid-19 até meados do ano passado - em comparação com 5,5% para o Canadá e apenas 1,9% para a União Europeia (UE). A economia da Alemanha encolheu 2% durante esse período.

Trump também mira outras práticas dos parceiros comerciais que ele vê como barreiras injustas às exportações americanas, como o imposto sobre valor agregado (IVA), que é cobrado sobre a venda de produtos consumidos dentro das fronteiras de um país. Trump e seus assessores consideram o IVA uma tarifa porque se aplicam às exportações dos EUA. Porém, economistas observam que o IVA é aplicado a todos os produtos, nacionais e importados, e não são vistos como uma barreira comercial.

Paul Ashworth, economista-chefe da América do Norte para a Capital Economics, diz que os 15 principais países que exportam para os EUA têm IVA médios acima de 14%, bem como taxas de 6%. Isso significaria que as tarifas retaliatórias dos EUA poderiam chegar a 20% - muito mais altas do que a proposta de campanha de Trump de taxas universais de 10%.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#!/edition/188154?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#!/edition/188154?page=1§ion=1)**

Porque a produtividade do trabalho no Brasil está estagnada (Artigo)

Por José Luis Oreiro e Adalmir Marquetti

José Luis Oreiro é professor do Departamento de Economia da Universidade de Brasília.

Adalmir Marquetti é professor do Departamento de Economia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Matéria recente do Valor divulgou estudo do FGV-Ibre indicando que a produtividade do trabalho no Brasil, medida pela razão entre o valor adicionado e o número de horas efetivamente trabalhadas, cresceu apenas 0,1% em 2024, desacelerando frente aos 2,3% de 2023. Entre 2019 e 2024, o aumento médio da produtividade por hora trabalhada foi de apenas 0,28% ao ano. O resultado levanta um alerta sobre a sustentabilidade do crescimento do **PIB** per capita, que avançou 3,1% em 2024. Caso essa taxa fosse mantida nas próximas décadas, o **PIB** per capita dobraria até 2047, atingindo nível semelhante ao da Espanha no ano passado.

O **PIB** per capita resulta do produto de quatro variáveis: a produtividade por hora trabalhada, as horas trabalhadas por trabalhador ocupado, a taxa de ocupação e a taxa de participação. Em 2024, a taxa de ocupação aumentou 1,2% e a taxa de participação teve um acréscimo de 0,64% (Pnad Contínua). Como a produtividade por hora trabalhada aumentou apenas 0,1% (Ibre), concluímos que a jornada média de trabalho dos trabalhadores ocupados aumentou 1,1%, explicando cerca de 37% do aumento do **PIB** per capita. A taxa de utilização do fator trabalho, resultado do produto entre a taxa de ocupação e a taxa de participação, aumentou 1,84%, respondendo por 59,35% daquele aumento.

A recente expansão da economia brasileira deveu-se a maior utilização da força de trabalho, com o aumento do número de pessoas efetivamente ocupadas e intensificação no uso da força de trabalho. Isso Opinião. Poderia sugerir um mercado de trabalho muito aquecido. Contudo, em 2024 o rendimento real médio do trabalho do empregado no setor privado com carteira assinada expandiu 2,9%, enquanto o aumento real do salário mínimo foi de 2%.

O mercado de trabalho não está sobreaquecido. A dinâmica do mercado de trabalho no Brasil é distinta

das economias maduras de renda alta, onde a força de trabalho já foi transferida para o setor moderno. O Brasil é uma economia dual, com parte importante da força de trabalho exercendo atividades de baixa produtividade no setor informal. Em janeiro de 2025, havia 19,2 milhões de pessoas ocupadas por conta própria sem registro no CNPJ, com rendimento médio 30% inferior ao rendimento médio de um trabalhador com carteira assinada no setor privado (Pnad Contínua).

Políticas de estímulo à criação de empregos de baixa produtividade, impulsionadas pelo aumento do consumo das famílias por meio de transferências governamentais, como o Bolsa Família ou o BPC, podem acelerar o crescimento da economia brasileira. Esse efeito, observado nos últimos dois anos, ocorreu devido à maior absorção e intensificação do uso da força de trabalho.

Por maior que seja a elasticidade da oferta de trabalho devido à presença de desemprego disfarçado, é evidente que um modelo de crescimento baseado na intensificação do uso da força de trabalho não é sustentável nem desejável. A geração de empregos de qualidade e altos salários requer o aumento da produtividade do trabalho. É fundamental entender as causas do baixo crescimento da produtividade do trabalho no Brasil.

Para alguns economistas ortodoxos, a produtividade é um atributo intrínseco ao trabalhador, ou seja, depende da sua capacidade cognitiva e de aprendizado, o que se relaciona com a escolaridade.

Logo, a estagnação do crescimento da produtividade decorreria da ausência de progressos na educação. No entanto, dados do Censo 2022 contradizem essa hipótese. Entre 2000 e 2022, a proporção de brasileiros com mais de 25 anos com ensino superior completo aumentou 2,7 vezes, passando de 6,8% para 18,4%. O percentual de pessoas sem instrução ou que não concluíram o ensino fundamental caiu de 63,2% para 35,2%.

Desde a Revolução Industrial na Inglaterra, em meados do século XVIII, a produtividade do trabalho tem crescido de modo persistente e cumulativo, impulsionada pela mecanização dos processos produtivos, ou seja, devido a elevação da quantidade

de capital por trabalhador.

Os bens de capital incorporam a maior parte dos avanços científicos e tecnológicos. É por intermédio da acumulação de capital que as inovações técnico-científicas podem se materializar em aumentos da produtividade do trabalho.

Os dados do **PIB** de 2024 revelaram que a formação bruta de capital fixo no Brasil foi de apenas 17%. Um patamar muito baixo em comparação com outros países em desenvolvimento, como a Índia, que mantém uma taxa de investimento superior a 30%, e a China, cujas taxas ultrapassam 40%, e mesmo em relação a economias de alta renda, como a Espanha, que registrou, em 2024, taxa de investimento de 22,1% do **PIB**.

O gráfico mostra a evolução da relação capital-trabalho, medida tanto pelo número de horas efetivamente trabalhadas, como pelo número de trabalhador ocupado de 1981 a 2024. Na série de capital por trabalhador ocupado, verifica-se que, em 43 anos, o estoque de capital por trabalhador aumentou apenas 4,1%; na série por horas efetivamente trabalhadas o desempenho foi melhor, um aumento de 18,6%.

Em relação ao comportamento recente da relação capital-trabalho, observa-se que, após um aumento transitório durante a pandemia de covid-19, esse indicador vem apresentando queda desde 2022, tanto em termos de trabalhador ocupado quanto de horas efetivamente trabalhadas.

Essa redução reflete uma taxa de investimento insuficiente para equipar os novos trabalhadores com o mesmo nível de capital disponível para os trabalhadores anteriormente ocupados.

Em suma, embora seja possível sustentar por alguns anos o crescimento elevado do **PIB** per capita apenas com uma maior e mais intensa utilização do fator trabalho, o Brasil precisa aumentar de modo significativo sua taxa de investimento para obter o aumento sustentado e cumulativo da produtividade do trabalho.

Site:

[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188154?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188154?page=1§ion=1)

Nos 60 anos do BC, inflação ainda é desafio

O Banco Central (BC) chega aos 60 anos de existência - completados na segunda-feira - com os desafios do aprimoramento da autonomia, da adaptação às questões climáticas e da necessidade de supervisionar um mercado em que as inovações são cada vez mais rápidas. No entanto, a missão de cumprir a meta de **inflação** permanece central na avaliação de quatro ex-presidentes e do atual titular da autoridade monetária.

A primeira resposta de Gustavo Loyola, Pérsio Arida, Armínio Fraga e Henrique Meirelles quando perguntados pelo Valor sobre o principal desafio do BC para os próximos dez anos foi o cumprimento da meta de **inflação**. A meta passou a ser contínua a partir deste ano em 3% com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou para menos.

Por sua vez, o atual presidente do BC, Gabriel Galípolo, destacou que o sistema financeiro e o sistema de pagamentos passaram por "profundas transformações" nos últimos anos com ganhos de eficiência, qualidade nos serviços, educação financeira e inclusão.

"Muito desse desenvolvimento foi fomentado pelos próprios reguladores. As evoluções tecnológicas e de modelos de negócio vão continuar reconfigurando a organização dos mercados nos próximos anos", disse ao Valor. "O principal desafio para o BC nos próximos anos será o de se fortalecer institucionalmente para ser efetivo no seu mandato de manutenção da estabilidade de preços e da estabilidade financeira nesse cenário."

Galípolo ainda apontou que a expectativa da sociedade sobre os bancos centrais aumentou. O presidente do BC vê uma demanda para que as autoridades monetárias sejam mais transparentes e se comuniquem para um público "mais amplo e em linguagem cidadã". Além disso, afirmou que existe uma necessidade de oferta de infraestruturas digitais públicas e acrescentou que "novos aspectos e visões, dados não estruturados, devem ser considerados na tomada de decisão das políticas dos bancos centrais".

Assim como Galípolo, Henri-

que Meirelles foi indicado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para o cargo. Meirelles se tornou a pessoa que ficou mais tempo na função, de 2003 a 2010 e destacou ao Valor que manter a **inflação** na meta é mais difícil no Brasil do que em outros países.

"Há uma expectativa inflacionária no Brasil sempre maior do que em outros países, principalmente quando a **inflação** está acima da meta. Mesmo com a **inflação** na meta, as pessoas sempre olham à frente e veem uma possibilidade de mudara orientação", disse.

Meirelles também defendeu a autonomia do BC não apenas formal, mas objetiva. A lei da autonomia operacional da autoridade monetária foi aprovada em 2021 e estabeleceu mandatos para o presidente e os diretores da autarquia. Há outro projeto em tramitação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado Federal sobre a autonomia financeira e orçamentária.

"A independência financeira é fundamental olhando para os próximos dez anos", disse Meirelles - o governo Lula é contra o avanço dessa proposta de emenda constitucional (PEC).

A questão da institucionalidade do BC e independência é recorrente na história da instituição, que foi criada por uma lei de 31 de dezembro de 1964, mas passou a funcionar oficialmente em 31 de março de 1965. A lei previa a entrada em vigor 90 dias após a sua publicação.

Pérsio Arida, presidente da autarquia entre janeiro e junho de 1995, recorda que conversou com o então presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, sobre uma PEC da autonomia. "FHC tinha receio de que, em algum ímpeto populista, os congressistas aprovassem algo parecido com o teto de 12% sobre a taxa de juros que foi introduzido na Constituição de 1988. E ele, presidente, não teria poder legal de vetar tal dispositivo."

Além de assegurar a estabilidade da **inflação**, Arida destacou que o BC está na "vanguarda" das transformações no sistema de pagamentos, como o Pix e o Drex, a moeda digital do BC, e tem desafios regulatórios.

"O grande desafio será transformar o atual sistema na linha do que se convencionou chamar de "narrow banking" [bancos que aplicam em ativos seguros, como títulos do governo], criando uma cunha entre o custo de funding dos bancos privados e o custo de funding do Banco Central por meio da permissão de depósitos remunerados diretamente no Banco Central", afirmou.

"Essa transformação, que a meu ver é inelutável, fará

emergir um sistema financeiro muito diferente do atual e terá implicações positivas importantes para a dinâmica da dívida pública", apontou o economista.

Gustavo Loyola foi servidor de carreira da autoridade monetária e ocupou a presidência do BC em duas oportunidades, entre novembro de 1992 e março de 1993 e entre junho de 1995 e agosto de 1997. Na sua gestão, lidou com temas como a crise bancária em que foi criado o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (Proer).

Para o futuro, Loyola vê a questão climática como um fator que o BC vai precisar lidar no trabalho com a **inflação** e com a estabilidade financeira. "Os países estão crescentemente sofrendo com crises provocadas pelo clima. Isso impõe um desafio para o Banco Central, primeiro, de como reagir a essas crises quando elas se apresentam. Segundo, de atuar de maneira proativa no seu campo de atuação, que é a regulação financeira", disse.

Arminio Fraga teve duas passagens pelo Banco Central. Entre 1991 e 1992, foi diretor da área externa na gestão de Francisco Gros, e, de 1999 a 2002, assumiu a presidência da instituição. Para ele, o mundo financeiro está passando por uma verdadeira revolução, com muita flexibilidade e redução de custos para os usuários. Diante disso, ele diz que "a tecnologia e inovação serão partes importantes da agenda do BC, na medida, inclusive, que afete a busca dos objetivos do Banco Central".

Sobre os problemas enfrentados pelos bancos centrais, ele entende que "nunca" estão solucionados de maneira definitiva. "Solucionado para sempre não existe. É como a nossa saúde, que não podemos descuidar", complementou Arminio. "Com o Banco Central não é diferente".

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188154>

Incerteza deixa em aberto magnitude de alta da Selic, diz Guillen

O diretor de política econômica do Banco Central (BC), Diogo Guillen, afirmou ontem que o ciclo de alta da taxa Selic deve continuar, mas que o Comitê de Política Monetária (Copom) decidiu deixar a magnitude dessa alta em aberto devido ao cenário de incerteza, principalmente global.

"Acho que o ciclo deve continuar, porque você tem um cenário adverso de **inflação**, expectativa desancorada, resiliência de crescimento, projeções mercado de trabalho [aquecido], tudo isso levando a um cenário adverso exigindo o ciclo [de alta de juros]", disse após proferir palestra na Faculdade ESEG, em São Paulo.

Na última reunião, o Copom elevou a taxa básica de juros de 13,25% para 14,25% ao ano e sinalizou uma nova alta de menor magnitude para o próximo encontro.

No evento em São Paulo, Guillen explicou que o Copom se comprometeu com uma alta de menor magnitude da Selic devido à defasagem dos efeitos da política monetária e ao cenário global de incerteza, em especial o relacionado à política comercial do presidente dos EUA, Donald Trump. "São dois componentes levando a essa indicação de menor magnitude, a primeira já é a própria defasagem [dos efeitos da política monetária]. Além disso, você tem outro componente que é a incerteza. Quanto vai ser essa menor magnitude? A gente deixa em aberto justamente por causa da incerteza, não querendo dar um sinal preciso sobre a próxima reunião."

Para Guillen, as incertezas não devem se dissipar amanhã, quando Trump promete anunciar tarifas comerciais recíprocas que atingirão todos os países. O dia tem sido chamado de "Liberation Day" pelo presidente dos EUA. "Essa discussão do "Liberation Day" eu não acho que a

"Acho que o ciclo [de alta da Selic] deve continuar, porque você tem um cenário adverso" Diogo Guillen incerteza se resolve com esse dia. A gente vai ficar com mais incerteza, porque talvez no dia seguinte vai ter alguma discussão sobre tarifas que não foram implementadas, mas que podem vir a ser implementadas, qual vai ser a resposta dos países às tarifas que foram implementadas, [se haverá] algum escalonamento de tarifas", disse Guillen.

Mais cedo, em outro evento, o diretor de política monetária do BC, Nilton David, afirmou que o posicionamento da autoridade na política monetária é o de menor risco para o cumprimento da meta de **inflação**, de 3%. "Entendeu-se que o melhor posicionamento seria estar mais apertado na política monetária do que estaríamos se não estivéssemos em momento extraordinário como o que vivemos", disse em live do Itaú BBA.

David apontou que a decisão de dizer que o ciclo não estava encerrado e sinalizar uma alta menor na reunião seguinte do Copom foi "interessante" para a saída do "forward guidance" (sinalização) anterior. "Para nós foi mais interessante dar essa sinalização para ter essa saída do forward guidance mais, vamos dizer assim, suavizada, minimizando volatilidades possíveis de interpretação", disse.

Segundo David, no encontro do Copom do mês passado "havia grande convicção" de que o ciclo não estava concluído e que o passo seguinte seria menor do que as altas feitas até então.

"Para haver um forward guidance, que deveria ser tido como algo extraordinário, demanda elevada convicção de onde a gente deve estar no momento futuro do BC e que essa informação traga também uma redução, pelo menos no mercado, de volatilidade sobre o que seriam os passos do BC, e que essa redução fosse útil", disse. Ele ressaltou que as taxas de juros estão em território restritivo. Segundo David, o movimento da Selic está em linha com o cenário "adverso e incerto" descrito na ata do Copom.

David afirmou que, além do "objetivo fundamental" de atingir a meta, existem outros como o de estabilidade financeira e o relacionado à oscilação dos ciclos econômicos. "Isso prescreveria algo de tentar evitar exageros de alta com excessos de corte também. Isso posto, como o objetivo principal é o da **inflação**, o BC vai buscar o caminho que for mais razoável para se chegar a esses 3% primeiro", disse.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188154>

Volatilidade menor nos preços depende de equilíbrio fiscal e maior produtividade

Anaís Fernandes De São Paulo

Choques de oferta, repasses cambiais, economia superaquecida e expectativas desancoradas são os principais desafios de curto prazo da formação de preços no Brasil, segundo especialistas.

Olhando à frente, de forma mais estrutural, eles apontam que, se o país quiser alcançar um quadro inflacionário menos volátil, vai precisar resolver seus problemas fiscal e de baixa produtividade.

Agentes do mercado financeiro enxergam a inflação fora do centro da meta atual, de 3%, ao menos até 2029, de acordo com o sistema de coleta de expectativas do Banco Central. A mediana das projeções para o fim de 2025 está em 5,7%, acima, inclusive, do teto de tolerância da meta, de até 4,5%. Para 2026, a mediana está nesse limite. As expectativas seguintes são de 4% em 2027, 3,8% em 2028 e 3,6% em 2029.

"Vemos a inflação acelerando neste ano ante os 4,8% de 2024 e acomodando no ano que vem, mas ainda fica bem acima do centro da meta. É uma inflação bastante alta", diz Bruno Balassiano, economista do BTG Pactual que tem projeções em linha com a mediana para 2025 e 2026.

O preço da alimentação no domicílio, por exemplo, que tem preocupado a população e o governo federal, pelo efeito na popularidade do presidente Lula, deve subir 7,3% em 2025, estima o BTG, após alta de 8,2% em 2024. O preço dos alimentos, no entanto, é influenciado por fatores como o clima e ciclos longos de produção - a exemplo do gado - sobre os quais o governo e o BC pouco ou nada têm a fazer, dizem economistas.

Além do clima, pesa sobre a inflação dos alimentos neste ano o repasse da alta do dólar em algumas commodities, aponta Balassiano.

Apesar da valorização do real nas últimas semanas, ele nota que, de meados de 2024 para cá, há uma desvalorização cambial acumulada e o repasse disso aos preços em geral, para além dos alimentos, ainda está em curso.

Além disso, Balassiano observa que não há espaço

ocioso na economia brasileira no momento.

"Conforme a atividade roda acima desse potencial, ou seja, quando há mais demanda do que capacidade de oferta, gera inflação", diz.

Soma-se a isso ainda a desancoragem da expectativa de inflação, um componente importante na formação de preços, segundo Balassiano. "Se as empresas esperam uma inflação mais alta, elas acabam embutindo isso no seu planejamento. Os trabalhadores também vão pedir reajustes maiores. As expectativas alimentam o processo inflacionário", afirma. Manejar a inflação na meta é muito mais fácil para o BC quando as expectativas estão ancoradas, acrescenta. "Só que o BC não consegue fazer isso sozinho", diz Balassiano.

A desancoragem das expectativas está muito ligada, nos últimos dois anos, à incerteza em relação ao cenário fiscal futuro, segundo economistas. O fiscal "transborda" para a inflação, entre outras coisas, porque a política expansionista estimula a demanda, explica Balassiano.

"E isso bate na economia operando no seu limite." Diante desse cenário, o juro de um ano já está acima de 10,5% real, observa José Carlos Carvalho, chefe do departamento econômico e data science da Vinci Compass.

"Historicamente, é muito.

Tradicionalmente, ele vai a 8%, 8,5% e é onde consegue quebrar a espinha da inflação", afirma.

Na avaliação de Carvalho, desta vez, os juros precisaram ir além exatamente porque a política fiscal jogou contra a monetária.

Para ele, porém, esse cenário tem se revertido. "A política fiscal, que estava empurrando muito para frente [a atividade], pelo menos deixou de empurrar e, talvez, esteja até contraindo um pouco. Até o meio do ano passado, cada motor da economia estava em uma direção. Agora, acho que a política monetária, que ficou mascarada durante um tempo por causa da contraposição da política fiscal, vai fazer muito impacto na economia", afirma.

Isso ainda não se refletiu na desaceleração da **inflação**, reconhece Carvalho, mas já aparece na atividade. O IPCA ainda deve seguir pressionado até a divulgação do dado de abril, prevê. Até o fim do ano, porém, ele espera que a **inflação** em 12 meses chegue a 4,8%. Esse cenário mais benigno do que o consenso de mercado depende da hipótese de que o governo não vai retomar o impulso fiscal, observa Carvalho.

"Tem de estar todo mundo remando na mesma direção." Outro ponto de incerteza importante para a **inflação** nos próximos anos no Brasil é a política comercial dos Estados Unidos.

"Está se desenhando uma guerra tarifária e acho difícil isso não respingar sobre economias emergentes. A grande dúvida é se o efeito vai ser inflacionário ou não", diz Balassiano.

Uma desaceleração da atividade brasileira mais intensa do que a esperada poderia contribuir para uma **inflação** também mais baixa, reconhece. Balassiano diz ser preciso, no entanto, ter cautela nessas interpretações.

"Existem alguns outros fatores para frente que podem contribuir para sustentar a demanda e a atividade", afirma. Na esteira do calendário político, por exemplo, existe o risco de o governo realizar mais gastos daqui até a eleição em 2026, sustentando a demanda apesar dos juros altos, diz Balassiano.

É de olho nessa dinâmica que Carlos Thadeu, economista de **inflação** e commodities da BGC Liquidez, afirma ter uma expectativa "bem pessimista" para o IPCA, com projeções de 7% em 2025 e 5,6% em 2026. "O cenário pode até ficar mais construtivo, mas tem uma dinâmica nesse jogo. O governo vai interpretar o real apreciando como um cartão verde para gastar, como já está fazendo com a isenção do Imposto de Renda e o crédito consignado privado. A gente não vai ver o efeito benigno da desaceleração da atividade na **inflação**, porque o governo vai usar todo esse espaço para gastar mais", afirma.

O quadro fiscal é e sempre foi um problema para a **inflação** no Brasil, diz Balassiano. "A gente não vai solucionar o problema da **inflação** sem solucionar a questão fiscal. Tirando um ou outro ano, a **inflação** sempre roda acima da meta", afirma. Desde a instauração do sistema de metas de **inflação** no país, em 1999, a **inflação** fechou acima da meta oito vezes. Além disso, Balassiano aponta que o país precisa aumentar a produtividade dos seus fatores de produção (trabalho e capital). "Isso aumenta a capacidade de oferta e o país consegue crescer mais sem gerar **inflação**", afirma.

A política fiscal no Brasil "é frouxa há muito tempo", afirma Heron do Carmo, professor sênior da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária da Universidade de São Paulo (FEA-USP). Ele pondera, no entanto, que, em comparação com o período da hiperinflação, houve avanços no quadro inflacionário brasileiro. "Desde a consolidação do Plano Real, que eu diria que foi em 1996, a tendência geral da **inflação** é de queda, muito lenta, mas em poucos anos tivemos **inflação** acima de 10%", afirma.

O controle da **inflação**, porém, recaiu quase inteiramente sobre a política monetária, e o aumento da taxa de juros acaba deixando pouco espaço para o investimento público, diz Heron. "Temos de ter noção desses desajustes da economia brasileira, principalmente na área fiscal e associados à redução dos investimentos e à perda de ritmo da atividade.

Até temos uma **inflação** mantida relativamente baixa, mas tem um problema essencial que precisa ser equacionado, que passa, por exemplo, pela eficácia de programas sociais e pelo financiamento dos gastos a longo prazo, por um arcabouço que seja um pouco mais rigorosos com o aumento das despesas", afirma.

O professor, que foi coordenador do Índice de Preços ao Consumidor da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (IPCFe) em meio à hiperinflação, alerta para os riscos de uma desancoragem mais profunda dos preços. "Precisamos sempre ter como referência manter a **inflação** baixa, porque, se isso se perde, é muito difícil depois recuperar, vai ser um sacrifício muito grande", afirma.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188154>

Estados e municípios puxam os investimentos públicos

Marta Watanabe De São Paulo

De 2018 a 2024 os investimentos do setor público cresceram mais de 80% em termos reais, puxados principalmente por Estados e municípios. Enquanto os investimentos da União aumentaram 9,6% no período, os dos Estados, incluindo Distrito Federal, avançaram 81%. Nos municípios, o último dado agregado mostra que o aumento foi de 140% de 2018 a 2023.

Com base em dados parciais disponíveis, estima-se que o aumento tenha alcançado 183,1% em 2024, também em relação a 2018.

Considerando esses indicadores, a fatia da União no total investido pelo setor público caiu de 38,7% em 2018 para 23,2% em 2024, enquanto a dos governos regionais aumentou de 61,3% para 76,8% em igual período. Em 2023, a fatia da União foi de 24,9% e a de Estados e municípios, de 75,1%.

O avanço reflete a expansão de receitas, sob efeito de um conjunto de fatores que favoreceu as contas de Estados e municípios nos últimos anos. Essa expansão fiscal dos entes subnacionais, porém, apontam especialistas, traz desafio adicional para a política monetária do Banco Central e vem acompanhada de aumento de gastos correntes, o que levanta certa preocupação em relação ao equilíbrio das contas. No caso dos Estados, a expectativa é que os gastos se acelerem neste ano e em 2026, como historicamente acontece dentro do ciclo político, com eleições para governadores no ano que vem.

Os dados de investimento foram levantados e elaborados pela XP, com base nos valores pagos informados em relatórios fiscais de execução orçamentária entregues à Secretaria do Tesouro Nacional (STN). A estimativa da corretora para investimentos de municípios em 2024 considerou os dados já disponíveis. A atualização para 2024 foi pelo IPCA médio.

Os dados da XP mostram que em 2018 a União investiu R\$ 64,7 bilhões, mais do que os R\$ 54,9 bilhões dos Estados e do que os R\$ 47,5 bilhões do agregado dos municípios.

A situação é muito diferente em 2024, destaca Tiago Sbardelotto, economista da XP. No ano passado o

investimento federal foi de R\$ 70,9 bilhões, bem abaixo dos R\$ 99,4 bilhões dos Estados e de estimados R\$ 134,6 bilhões das prefeituras.

Sbardelotto explica que a mudança ficou mais clara no biênio 2021 e 2022, período que correspondeu à segunda metade do mandato dos governadores que antecederam os da atual gestão.

Em 2022, por exemplo, os investimentos estaduais alcançaram R\$ 123 bilhões, favorecidos por crescimento de receitas. No biênio 2023 e 2024, diz, aconteceu algo semelhante nos municípios, com as eleições para prefeitos no ano passado. Nesse período, os investimentos dos Estados caíram em relação a 2023, mas se mantiveram em nível elevado.

"O ciclo eleitoral dos municípios já passou, mas eles ainda têm capacidade de investimento.

Devem desacelerar, mas não muito. Os Estados, por outro lado, devem pisar no acelerador em termos de despesas, especialmente investimentos. Sabemos que prefeitos e governadores gostam de tirar fotos de obras", diz Sbardelotto.

Para o economista, três vetores devem ajudar a sustentar esse aumento de investimentos dos Estados.

O primeiro, diz, é o crescimento das operações de crédito.

No ano passado, essas receitas cresceram 21% contra 2023 e esses recursos são direcionados a investimentos, explica.

O segundo vetor, diz, é o crescimento das receitas. "A receita primária dos Estados avançou 9,3% no ano passado. O crescimento deve se repetir este ano e em 2026. Apesar da desaceleração esperada da economia, há um fator preços, de **inflação**, que deve segurar a arrecadação, além dos aumentos de alíquota de ICMS em parte dos Estados." O último vetor, diz, é a disponibilidade de caixa ainda existente.

Dados coletados pela Aequus dos relatórios fiscais mostram que o caixa total dos Estados passou por alta extraordinária nos últimos anos. O caixa ao fim do ano passou de saldo negativo de R\$ 339,7 milhões em

2021 para R\$ 86,12 bilhões positivos em 2022.

Aumento de despesas correntes e investimentos já consumiram parte disso, mas ao fim de 2024, o saldo se manteve em nível relativamente elevado, de R\$ 50,7 bilhões.

Em 2023 foi de R\$ 68,5 bilhões, sempre em valores atualizados para 2024 pelo IPCA médio. O levantamento considerou conceito conservador, da disponibilidade líquida de recursos não vinculados após restos a pagar não processados, explica Alberto Borges, economista da consultoria.

Esse "excesso de caixa", diz Gabriel Leal de Barros, economistachefe da ARX, foi formado por uma situação temporária que reuniu vários fatores favoráveis ao forte crescimento da receita dos Estados. "Houve choque inflacionário, alta de cotações de commodities e também crescimento da economia, tudo ajudando no ganho de receita." Ao mesmo tempo, diz Borges, o crescimento de despesas importantes, como as de pessoal, ficou limitado de 2020 até fim de 2021. A Lei Complementar 173/2020 estabeleceu restrições para o aumento desse gasto, como contrapartida às transferências extraordinárias da União aos Estados, para o enfrentamento dos efeitos da covid-19.

Isso, afirma Borges, ajuda a explicar a evolução do indicador de poupança do agregado dos 26 Estados e Distrito Federal. Em 2022, ano de eleições de governadores, mesmo com grande volume de investimentos, os Estados tiveram bom desempenho do indicador de poupança, observa. O índice é baseado na razão entre a despesa corrente mais o valor gasto com amortização de dívida e a receita corrente. Por esse indicador, os Estados comprometeram, em 2022, 88,5% da sua receita corrente com despesas correntes e amortização da dívidas. Em 2023 e 2024 esse nível de comprometimento aumentou para 92,8% e 92,7%, nessa ordem.

A taxa média entre os 26 Estados e o Distrito Federal é razoável, diz Borges. Mas olhando separadamente os entes, observa, há oito Estados - Acre, Amazonas, Distrito Federal, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, São Paulo e Tocantins - em que há comprometimento de mais de 95% da receita corrente com despesa corrente e amortização da dívida. "É uma situação que mostra menor flexibilidade fiscal, com margem de manobra mais estreita." Há porém, ressalva, onze Estados numa margem "mais razoável", com esse indicador abaixo de 90%.

A estimativa de Borges é que o indicador médio de comprometimento das receitas no agregado dos

Estados avance para 94% ou 95% em 2025. O indicador por si só não é um problema, explica, porque hoje há ainda um saldo em caixa alto. Mas é preciso verificar, diz, se o fluxo de receitas e despesas correntes se manterá equilibrado nos próximos anos.

A taxa de comprometimento de receitas, avalia, pode aumentar porque além da pressão por aumento de gastos correntes em 2025 e 2026, com pleitos por reajustes salariais, por exemplo, deve haver também desaceleração nas receitas. Os dados da Aequis mostram que a arrecadação de ICMS, principal tributo arrecadado pelos Estados, aumentou 10,2% reais em 2024, após queda de 3,2% em 2023. O Fundo de Participação dos Estados (FPE), repasse obrigatório feito pela União aos governos estaduais, subiu 11,1% em 2024, após queda de 1,4% em 2023, sempre em variações reais.

"Foram altas na casa de dois dígitos em 2024. Como a expectativa é de desaceleração da economia em 2025 e 2026, o ICMS e o FPE, os dois componentes principais das receitas estaduais, não devem repetir esse crescimento excepcional. Há hoje uma situação de relativo conforto [na taxa de comprometimento das receitas correntes] e devemos perder isso nos próximos dois anos." Para Leal de Barros, os dados de comprometimento de receitas correntes e de investimentos mostram que, mesmo sem pressão das eleições, os Estados usaram na primeira metade do atual mandato, em 2023 e 2024, o lastro de receitas acumuladas. "O cheque que paga tudo isso, porém, está num passado pós-pandemia de covid-19, que reuniu alta de **PIB**, de **inflação** e de commodities. Isso não deve se repetir pra frente", diz.

Para Leal de Barros, deve haver "queima de caixa" pelos Estados dentro do ciclo político em 2025 e 2026. "Além do gasto com o pessoal, tradicionalmente um vetor de desequilíbrio estrutural em Estados e municípios, sabemos que o ganho de arrecadação vaza para despesas em saúde e educação, por causa das destinações mínimas estabelecidas pela Constituição para essas duas áreas. Isso se soma à pressão de investimentos. Esse combo preocupa.

Acende o alerta, principalmente para 2027, que é quando essa conta deve chegar." Para Sbardelotto, o impacto deve ser diverso entre os Estados.

"É difícil dizer que essa expansão de despesas não vai produzir efeitos negativos nos Estados.

Com certeza vai. Porque esse investimento é seguido de criação de despesas correntes. Investimentos como construção de escolas e hospitais geram despesas correntes para o futuro [para manutenção e operação dos equipamentos].

Estados que já estão hoje em uma situação mais delicada terão novos problemas adiante, muito provavelmente. Mas a situação é muito heterogênea entre os Estados." Há entes, diz, que conseguem fazer investimentos, gastar o caixa e ainda manter saúde financeira.

Sbardelotto menciona outras preocupações com a expansão fiscal. "Deve vir em 2025 e 2026 um impulso relevante dos entes subnacionais, especialmente de Estados. E isso tem efeito no crescimento da atividade econômica, na **inflação** e em outras variáveis relevantes no dia a dia." "Com a atual magnitude, as despesas dos entes subnacionais ganharam nova dimensão", diz Leal de Barros. Para ele, a continuidade do desembolso dos Estados está entre os fatores que contribuirão para manter a economia aquecida e isso pode atrapalhar a política monetária do Banco Central. "A **inflação** não deve convergir para o centro da meta.

Projetamos 5,9% de IPCA para 2025 e 5% para o ano que vem." Outro fator que deve permitir continuidade da expansão dos Estados, ressalta Leal de Barros, é o Propag, programa de refinanciamento de dívidas dos Estados com a União, que, entre outras condições, permite aos entes federados pagar juro zero e estimula a elevação de investimentos.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188154>